

**UNIAN - UNIVERSIDADE ANHANGUERA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E
PESQUISA**

**MESTRADO PROFISSIONAL ADOLESCENTE EM
CONFLITO COM A LEI**

RENATO FERREIRA DA ROCHA

**PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A LIBERDADE
ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À
COMUNIDADE: O ADOLESCENTE E A ESCOLA**

São Paulo

2015

UNIAN - UNIVERSIDADE ANHANGUERA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* E
PESQUISA

MESTRADO PROFISSIONAL ADOLESCENTE EM
CONFLITO COM A LEI

RENATO FERREIRA DA ROCHA

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A LIBERDADE
ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À
COMUNIDADE: O ADOLESCENTE E A ESCOLA

Trabalho Final apresentado, como Exigência parcial à Banca Examinadora da Universidade Anhanguera de São Paulo, para obtenção do título de MESTRE em Adolescente em Conflito com a Lei, sob a orientação do(a) Prof.(a) Dr.(a) Isa Maria Ferreira da Rosa Guará.

São Paulo

2015

RR576r Rocha, Renato Ferreira da

Produção acadêmica sobre a liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade: o adolescente e a escola. / Renato Ferreira da Rocha. – São Paulo, 2014.
85 f ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Profissional adolescente em conflito com a lei, Área de concentração: Multidisciplinar) – Coordenadoria de Pós-graduação, Universidade Anhanguera de São Paulo, 2014.

Orientadora: Professora Dra. Isa Maria Ferreira Rosa Guará

1. Adolescente em conflito com a lei. 2. Liberdade assistida. 3. Prestação de serviços à comunidade. 4. Escola. I.Título. II. Universidade Anhanguera de São Paulo.

CDD 362.74

BANCA EXAMINADORA
DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE

Presidente e orientadora: Profa. Dra. Isa Maria Ferreira da Rosa Guará
Universidade Anhanguera/ SP

Prof. Dr. Adalberto Botarelli
UNINOVE

Profa. Dra .Maria do Carmo Albuquerque
Universidade Anhanguera/ SP

São Paulo
2015

Dedico às pessoas que fazem parte de minha história porque me ajudaram, cada qual com seu talento; aos amigos mais próximos, servidores da UTFPR; aos meus mestres do Programa de Pós Graduação ACL, da Universidade Anhanguera, e em especial, pelo convívio e aprendizado, à minha orientadora

Profa Dra Isa Maria Ferreira da Rosa Guará.

“Da maneira mais sincera, deixamos de nos interessar pelos crimes progressos dos colonistas, e nos saíamos tão bem nesse empenho que os próprios colonistas logo os esqueciam. Causava-me grande alegria ver como, pouco a pouco, desaparecia na colônia todo e qualquer interesse pelo passado, como sumiam dos nossos dias os reflexos dos dias repugnantes, malsãos e hostis a nós todos. Nesse sentido, conseguimos atingir o ideal completo: até mesmos os colonistas novos já se pejavam de relatar seus feitos”.

Makarenko (2005, p. 224)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou contribuir para o conhecimento sobre medidas socioeducativas em programas de Liberdade Assistida – L.A e Prestação de Serviço à Comunidade –P.S.C., considerando a produção acadêmica do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 2009 a 2013. Os resumos dos trabalhos localizados serão incorporados ao Banco de Teses e Dissertações sobre Adolescência e Conflitualidade produzido no âmbito da pesquisa *O estado do conhecimento sobre intervenção socioeducativa em programas para adolescentes envolvidos em delitos*, coordenado pela professora Dra. Isa Maria Ferreira da Rosa Guará. Um mergulho inicial nessa investigação permitiu verificar que já existem alguns estudos que mapearam a produção acadêmica neste tema, os quais servirão de referência para a análise, visando a verificar as diferenças e similaridades temporais que o assunto provoca em termos de pesquisa acadêmica e estabelecer as comparações possíveis entre estas produções. Muitos dados sobre os programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade estão disponíveis em bancos de teses, mas o acesso direto a este conhecimento é mais difícil para aqueles que atuam na prática cotidiana dos serviços. Assim, este estudo buscará facilitar este acesso por meio de um banco selecionado de dissertações e teses no qual foram analisadas, em específico, aquelas que tratam da relação do adolescente com a escola. Tal recorte nos convidou à leitura de Paulo Freire e Anton Makarenko e à sua perspectiva de uma educação libertadora e includente. O levantamento dos resumos de teses e dissertações foi analisado e tabulado permitindo uma leitura geral das produções. Doze (12) dissertações e teses que tratam da relação entre o adolescente em medida socioeducativa em meio aberto e a escola foram estudadas na versão completa visando a extrair as principais indicações para a prática e para a garantia desse direito aos adolescentes. O estudo revelou que existem barreiras que a instituição escolar não conseguiu vencer, revelando a fragilidade do sistema educacional brasileiro na execução de sua política.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei. Liberdade Assistida. Escola. Prestação de serviços à comunidade

ABSTRACT

This study aimed to contribute to the knowledge about socio-educational measures in Probation programs - LA and Service Delivery at Community -PSC, considering the academic production of the Bank of Theses and Dissertations of Higher Education Personnel Improvement Coordination - CAPES in the period 2009-2013 . Abstracts of the localized work will be incorporated into the Bank of Theses and Dissertations on Adolescence and conflict produced under the research The state of knowledge on socio-educational intervention programs for adolescents involved in crime, coordinated by the Ph. D, Isa Maria Ferreira da Rosa Guara. An initial diving in this investigation has shown that there are already some studies that mapped the academic production in this area. It will serve as a reference for this analysis in order to verify the timing differences and similarities that such topic causes in terms of academic research as well as to establish possible comparisons in this kind of productions. Many data on the programs of Assisted Freedom and Community Service Delivery are available from banks theses. However direct access to this knowledge is more difficult for those ones working in daily practice services. This study will seek to facilitate this access through a selected bank of dissertations and theses in which those who deal with the teenagers relationship in schools were analyzed. Such a cutting invited us to read Paulo Freire and Anton Makarenko and their prospect of a liberating and inclusive education. The survey of theses and dissertations abstracts was tabulated to allow a general reading of the productions. Twelve (12) dissertations and theses on the relationship between the teenagers in socio-educative measure in an open environment and school were studied in the full version in order to extract the main indications for practice and to guarantee that right to the adolescents. The study revealed that there are barriers that the school institution failed to accomplish, revealing the fragility of the Brazilian educational system in the execution of its policy.

Keywords : Teenagers in trouble with the law . Assisted freedom. School. Community service provision

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo contribuir al conocimiento sobre las medidas socio-educativas en programas de libertad condicional - LA y de prestación de servicios a nivel comunitario -PSC, teniendo en cuenta la producción académica del Banco de Tesis y Disertaciones de la Educación Superior de Personal de Coordinación de Mejoramiento - CAPES en el período desde 2009 hasta 2013. Los resúmenes de los trabajos localizados serán incorporados en el Banco de Tesis y Disertaciones en la Adolescencia y el conflicto producido bajo la investigación del estado del conocimiento sobre programas de intervención socio-educativos para adolescentes involucrados en el crimen, coordinado por el profesor Dr. Isa Maria Ferreira Rose Guará. Una inmersión inicial en esta investigación ha demostrado que ya hay algunos estudios que asignan la producción académica en esta área, que servirá de referencia para el análisis, a fin de verificar las diferencias y similitudes que el tiempo que hace que en términos de la investigación académica y establecer comparaciones posible entre estas producciones. Muchos datos sobre los programas de libertad asistida y Entrega Servicio Comunitario están disponibles en bancos tesis, pero el acceso directo a este conocimiento es más difícil para las personas que trabajan en los servicios de la práctica diaria. Este estudio tratará de facilitar este acceso a través de un banco seleccionado de disertaciones y tesis en la que se analizaron, en particular, los relativos a la relación del adolescente con la escuela. Un corte Tal nos invitó a leer Paulo Freire y Anton Makarenko y su perspectiva de una educación liberadora e incluyente. Se analizó la encuesta de tesis y disertaciones resúmenes y tabulados permitiendo una lectura general de las producciones. Doce (12) disertaciones y tesis sobre la relación entre el adolescente en medida socio-educativa en un entorno abierto y la escuela fueron estudiados en la versión completa con el fin de extraer las principales indicaciones para la práctica y para garantizar ese derecho a los adolescentes. El estudio reveló que existen barreras que la institución escolar no pudo ganar, revelando la fragilidad del sistema educativo brasileño en la ejecución de su política.

Palabras-claves: Adolescente en conflicto con la ley. Escuela. Libertad Condicional. Prestación de servicios a la comunidad

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de reincidência dos adolescentes por região.....	35
Gráfico 2 - Responsáveis pela educação e proteção familiar do adolescente em conflito com a lei em âmbito nacional.....	36
Gráfico 3 - - Distribuição dos atos infracionais praticados por adolescentes no Brasil (2008).....	37
Gráfico 4 - Ano de produção das dissertações e teses sobre LA e PSC entre 2009 e 2013	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proporção entre adolescentes em meio fechado e em meio aberto	38
Quadro 2 - Avaliação das medidas socioeducativas e protetivas implementadas nas Comarcas	39
Quadro 3 - Levantamento temático junto ao BTD da CAPES entre 1990 e 2008	53
Quadro 4 – Levantamento temático junto ao BTD da CAPES entre 2009 a 2013, sobre Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.	56
Quadro 5 - Levantamento de subtemas específicos das pesquisas entre 2009 a 2013.	57
Quadro 6 - Dissertações e Teses que tratam da relação entre medida socioeducativa em meio aberto e a escola	60
Quadro 7 - Síntese dos trabalhos analisados.....	69

LISTA DE SIGLAS

ACL – Adolescente em conflito com a lei
BTD – Banco de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA – Fundação Centro Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
DMF – Departamento de Monitoramento e Fiscalização
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EDHUCCA – Escola de Desenvolvimento Humano Casa do Caminho
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA – Liberdade Assistida
MSC – Medida socioeducativa
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PIA - Plano Individual de Atendimento
PMEC – Professor Mediador Escolar e Comunitário
PPP – Projeto Político Pedagógico
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO.....	19
2.1	Adolescência.....	19
2.2	Adolescência e conflitualidade.....	22
2.3	As medidas socioeducativas.....	24
2.4	Parâmetros Legais, normativos e técnicos dos programas socioeducativos.....	26
2.5	Perfil e características da população adolescente envolvida em delitos no Brasil.....	34
2.6	A integração social do adolescente atendido pelos programas socioeducativos.....	39
3	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E A ESCOLA	41
3.1	Contribuições teóricas para a aplicação das medidas em meio aberto resgatando algumas pistas de Makarenko e Paulo Freire.....	41
3.1.1	A ação socioeducativa: diversas contribuições.....	41
3.2	Paulo Freire, Makarenko e a educação de adolescentes socialmente excluídos.....	45
4	AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: A RELAÇÃO COM A ESCOLA	51
4.1	O estado do conhecimento sobre o adolescente em conflito com a lei em produções anteriores.....	51
4.2	Pesquisas sobre o adolescente em conflito com a lei de 2009 a 2013	54
4.3	O adolescente e a escola.....	58
4.4	Descrição sumarizada das 12 produções acadêmicas sobre o adolescente e a escola apresentados de 2009 a 2013	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”. (Paulo Freire)

A presente dissertação visa contribuir para o conhecimento teórico sobre medida socioeducativa em programas de aplicação de medidas em Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), considerando a produção acadêmica disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do período de 2009 a 2013, analisando as pesquisas que relacionam o adolescente e a escola.

No levantamento realizado junto a CAPES, em seu Banco de Teses e Dissertações (BTD), foram localizados trinta e nove trabalhos, sendo três teses de doutorado, dez dissertações de Mestrado Profissional e vinte e seis dissertações de Mestrado Acadêmico, onde encontramos doze trabalhos acadêmicos com enfoque na relação adolescente/escola. A escolha deste período atualiza o trabalho anterior de pesquisa da produção acadêmica que cobriu o período de 1990 a 2008 intitulado *O estado do conhecimento sobre intervenção socioeducativa em programas para adolescentes envolvidos em delito*, coordenado pela professora Dra. Isa Maria Ferreira da Rosa Guará, do Programa de Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, da Universidade Anhanguera, em São Paulo, no qual foram cadastradas 354 teses e dissertações.

Sabe-se que muitos dados sobre os programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade hoje disponíveis em bancos de teses não têm sido acessados por aqueles que atuam na prática cotidiana dos serviços. Assim, esta revisão da literatura busca facilitar este acesso por meio de um banco selecionado de dissertações e teses, em que se analisam, especificamente, aquelas que abordam a relação do adolescente com a escola que, como se pode perceber, é tema recorrente de reflexão dos pesquisadores em período recente. A inserção escolar dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa tem sido citada pelos

profissionais que atuam na execução dos programas¹ como um dos principais desafios da socioeducação.

Um mergulho inicial no tema permitiu verificar a complexidade do assunto, porém podem-se encontrar outros estudos que mapearam a produção acadêmica nesse tema, os quais serão apresentados no decorrer deste trabalho. Na produção mais recente que focalizamos neste estudo, procurou-se verificar as diferenças e similaridades temporais que o assunto provoca em termos de pesquisa acadêmica e estabelecer as comparações possíveis entre estas produções.

O desafio principal que orienta esta pesquisa diz respeito aos subsídios e indicações da produção de conhecimento sobre a medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade de modo a contribuir para a prática profissional socioeducativa dos agentes sociais visando o aumento de sua eficácia.

Apesar do aumento da produção no tema do adolescente em conflito com a lei - ACL nos últimos anos, como demonstrado por Guará (2011) a literatura sobre Liberdade Assistida ainda é escassa e marginal, comparada com o total da produção acadêmica até 2009 (CARDOSO, 2009). O desprezo pelo tema poderia estar relacionado ao obscurecimento do interesse sobre os programas em meio aberto quando a pressão social caminha para o recrudescimento do aspecto punitivo da medida - mais evidente em relação às medidas restritivas de liberdade.

As pesquisas acadêmicas discutem aspectos diversificados do tema, problematizando questões específicas, que exigiriam um esforço de reflexão teórica para traduzir os achados de pesquisa em indicações para a intervenção socioeducativa. Outros estudos, conforme relata Guará (2011), mostram que as pesquisas voltadas a metodologias são em número pequeno, provavelmente porque estas exigiriam mais tempo de investigação e fontes de financiamento de mais longo prazo, não disponíveis atualmente.

A preocupação social com as medidas socioeducativas- MSE tem se visibilizado ainda mais nos tempos recentes, em que a questão da violência ganha destaque na mídia nacional aumentando o clamor social pela redução da idade de responsabilidade penal dos adolescentes que infracionam.

¹ Esta informação tem como base os depoimentos tomados em sala de aula, de alunos do Mestrado Adolescente em Conflito com a Lei, por profissionais que têm experiência na execução de medidas socioeducativas.

A indagação sobre a eficácia da medida e as metodologias de atendimento leva a buscar substrato reflexivo nas concepções da socioeducação e nas contribuições de autores de referência para verificar a viabilidade de sua aplicação em programas de meio aberto. Neste movimento, resgatamos as ideias de Makarenko e de Paulo Freire como fontes teóricas indicativas para a análise dos dados coletados na revisão da produção acadêmica.

Na pedagogia de Makarenko, focalizar-se-á sua preocupação em formar a personalidade do adolescente, valorizando o trabalho coletivo e a disciplina. Na pesquisa dos doze trabalhos com enfoque na escola, seis trabalhos se sobressaem nessa perspectiva: Marques (2010), Hernandez (2011), Ferreira (2011), Costa (2012), Fortes (2012) e Rodrigues (2012).

De Paulo Freire serão trazidas à tona as matrizes da práxis socioeducativa e do diálogo, ampliando o olhar para o ato pedagógico, como uma ação que permite conhecer e comunicar o mundo, enfrentar a realidade e tomar consciência sobre ela. É possível elencar cinco estudos pertinentes ao assunto: Dias (2011), Amorim (2011), Hernandez (2011), Borba (2012) e Lima (2012).

Apesar da simpatia social com a ideia da internação de adolescentes, que na prática traduz um desejo de justiça retributiva-punitiva, os estudos e experiências têm demonstrado que a permanência do adolescente na comunidade, portanto, a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, é potencialmente mais eficaz no alcance dos objetivos de justiça consignados nas leis.

A perspectiva de uma ação menos segregada e mais próxima à família e à comunidade faz das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade as alternativas de maior comprometimento do conjunto de atores sociais e das políticas públicas nos municípios, onde se espera favorecer a integração social deste adolescente, como indicado no Inciso 2, do Artigo 1, da Lei 12594/12 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. A focalização deste estudo nas medidas em meio aberto teve esta inspiração inicial.

A revisão da produção acadêmica realizada nesta dissertação mostra que alguns destes estudos poderiam iluminar as ações dos programas de medidas socioeducativas contribuindo de maneira efetiva com o meio social. Os trabalhos aqui mencionados estão disponibilizados em grandes bancos de teses e, muito dificilmente, são acessados pelos profissionais que têm o desafio diário do atendimento aos adolescentes que cumprem a medida. Por esta razão, considera-se

importante facilitar o acesso destes dados aos profissionais, estudantes e pesquisadores interessados nas práticas socioeducativas.

Dada a relevância do teor da temática ora apresentada, buscou-se aprofundar a investigação das pesquisas realizadas por alguns pesquisadores dentre os quais destaca-se a averiguação de Cardoso (2009), cuja pesquisa voltou-se a 137 (cento e trinta e sete) teses e dissertações; outro enfoque dado a produção na área da psicologia, realizado por Zamora (2008); além da, não menos importante, Bretan (2008), responsável pelo mapeamento das produções da USP, UNICAMP e PUC/SP.

Uma das preocupações deste estudo foi a de analisar se a produção acadêmica oferece subsídios para o atendimento de medida socioeducativa, conforme os parâmetros legais e quais são os achados da pesquisa sobre atendimento (tentativa de reintegração no convívio familiar, escolar, de inserção produtiva e de saúde), e proteção social e pessoal destes adolescentes.

A priori, pode-se perceber que a produção científica, nos últimos quatro anos (2009 a 2013), é insuficiente para dar subsídios para a prática cotidiana dos trabalhadores em socioeducação. Nota-se nos estudos analisados que a dimensão do problema que aparece nas pesquisas, consegue desenhar um diagnóstico da situação, mas não atinge o prognóstico. O fenômeno é apresentado, mas não há suficiente base qualitativa e quantitativa que possa oferecer subsídios para alavancar a eficácia da medida.

As teorias de base, que supostamente derivariam da pesquisa em educação, não tomam a prática socioeducativa como um objeto de reflexão específico com interfaces com o direito e com outras áreas do conhecimento. Em confronto com a realidade dos sujeitos e a expectativa social, o conhecimento é desafiado a avançar mais rápido de que muitas vezes é possível. A contribuição de Paulo Freire possibilita uma reflexão da prática pedagógica porque se fundamenta nos princípios da perspectiva dialógica, na filosofia humanística, na política de renovações estruturais e sobre a visão conscientizadora, criativa e a libertadora. Makarenko, ao ser desafiado a responder com a urgência demandada pela realidade dos adolescentes, percebeu logo que não poderia contar muito com os tratados de pedagogia, cujo foco era a escola ideal, e criou sua própria teoria da prática.

O recorte de aprofundamento desta revisão bibliográfica se dará pelos estudos que problematizam a relação adolescente-escola na intenção de produzir

algumas sínteses indicativas neste tema, considerando que este tem sido um dos maiores desafios dos programas socioeducativos.

A baixa produção acadêmica voltada para a inclusão e a intervenção nos problemas do cotidiano escolar e a relação com o adolescente envolvido em delito (Guará, 2001) não tem contribuído para a ação dos profissionais que atuam nos programas de medidas socioeducativas e na escola.

Professores, gestores, especialistas e educadores sociais, têm manifestado uma série de dificuldades operacionais, pedagógicas e políticas que bloqueiam ou atrasam as novas atribuições que deles se espera, em face do novo perfil da instituição escolar e dos próprios adolescentes envolvidos em delito.

Vários trabalhos abordam esta questão e usam a palavra distanciamento para sintetizar o desafio e as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes e pelos orientadores de medidas socioeducativas, trazendo a discussão da relação entre a teoria e a prática, num cotidiano que exige respostas rápidas e apropriadas à realidade em que a escola está inserida.

Expostas as contribuições dos pesquisadores acerca da integração social e das medidas socioeducativas em meio aberto, faz-se necessário explorar as visões literárias, numa perspectiva pedagógica que trata a relação do meio aberto com a escola.

Em suma, a trajetória percorrida resultou em três momentos definidos no decorrer da produção:

- Um olhar nas produções acadêmicas (2009 a 2013) que tratam do adolescente em conflito com a lei no cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, em programas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- A relação adolescente e a escola problematizada nas produções acadêmicas;
- As indicações, ideias-chave discutidas nas pesquisas, que trazem à tona o adolescente em conflito com a lei e sua relação com a escola e vice-versa.

A nova LDB consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no art. 22 dessa lei, que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o

exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade.

Como se pode ver nas diferentes pesquisas consultadas, a relação do adolescente que cumpre medida socioeducativa com a escola é sempre muito irregular e, nem mesmo uma atitude utilitarista em relação à educação, tem conseguido estimular sua vinculação com a escola, embora esta seja uma condicionalidade exigida no processo de cumprimento da medida.

O conteúdo escolar é oferecido aos adolescentes de forma fragmentada, sem elos significativos de integração horizontal e/ou vertical. Este conteúdo caracteriza-se por ser, em geral, desvinculado da realidade do dia-a-dia dos alunos, das tendências e necessidades que marcam as diferentes fases do seu crescimento e dos interesses e condições de sua comunidade, na qual a experiência da exclusão e da violência tem se tornado comum.

As diferenças individuais e culturais e as demandas singulares dos adolescentes não tem sido respeitadas mantendo-se uma proposta ainda tradicional, apesar do progresso tecnológico, das crises e da mudança social acelerada.

Podemos observar que a partir da Constituição Federal de 1988, todas as leis, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, inseriram em seus textos termos como: gestão democrática, participação, autonomia, interesses coletivos, cidadania, direito ao trabalho, entre outros.

Esperemos também que a garantia do direito à educação para a população juvenil que foi violado historicamente, seja colocado na pauta das políticas sociais públicas.

2 O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é virar opressor”.
(Paulo Freire)

O presente capítulo procura refletir sobre o adolescente em conflito com a lei e aborda as medidas socioeducativas em meio aberto, assim como os programas dela decorrentes, em que adolescentes deveriam encontrar o apoio necessário à sua reintegração à sociedade e à própria família. Busca, ainda, estudar as características desta população e apresentar um quadro da situação dos sujeitos atendidos, buscando fundamentar o diálogo crítico com os parâmetros legais, normativos e técnicos dos programas socioeducativos, cujo objetivo final é a integração social do adolescente.

2.1 Adolescência

Considerando os ciclos da vida humana, a adolescência é o período, entre a infância e a vida adulta, marcado pelas mudanças no desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, sexual e social e pela busca de autonomia e independência da proteção familiar em direção às realizações pessoais, sociais e culturais.

Os limites cronológicos da adolescência são variáveis. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), este período é o que vai dos 10 aos 19 anos, enquanto para a Organização das Nações Unidas (ONU), a adolescência abrange um período alargado entre os 15 e 24 anos, e há ainda outras diferenças na demarcação das faixas etárias, em diferentes políticas e países.

O fenômeno da adolescência e da juventude tem raízes históricas e culturais importantes, mas foi no início do século XX que a adolescência apareceu como objeto de maior preocupação social e de investigação das ciências médicas, inicialmente e, depois da psicanálise, da psicologia e da sociologia. No século XX, a adolescência passou a ocupar um lugar de destaque devido à escolarização prolongada (demanda de mercado), o que levou a uma maior dependência destes para com seus pais. Foi neste século que a representação social da adolescência

como problema e os estudos específicos sobre os problemas da adolescência começaram a ganhar maior relevo.

No momento atual, podemos perceber que o jovem está submetido às mudanças aceleradas da sociedade que o fazem conviver numa sociedade altamente consumista, centrada no ter e nas ofertas apelativas de consumo das novas tecnologias (celular, *internet*, *games*). Este é também, para os adolescentes, um tempo de desafios e inseguranças. Como reflete Guará (1997, p.56),

A ambivalência e a perplexidade como signos do mundo contemporâneo guardam grande similaridade com os processos de transformação do momento da adolescência, onde o nascimento para o mundo e o desejo de experimentar o novo são acompanhados pelas incertezas, pela avidez de conhecimentos, pelo espanto e pelas indefinições cotidianas de uma realidade que atrai e atemoriza.

O termo *adolescência* está presente no imaginário social, de certa maneira, como aquela fase em que o indivíduo é errante, rebelde, desajustado. No momento, verifica-se a fragilização das instituições sociais que, teoricamente, dariam suporte a este adolescente, a saber, o Estado, a família, a escola e a igreja, que não têm conseguido responder às demandas da adolescência num mundo complexo de mudanças céleres e imprevisíveis.

No início da adolescência, o período da puberdade marca, do ponto de vista físico social e biológico, um ponto de inflexão na vida dos sujeitos. A adolescência e a puberdade podem ser facilmente confundidas, pois as forças da cultura antecipam comportamentos que, no passado, eram mais claramente esperados para os mais maduros. A puberdade inaugura um período de maturação social que é o de mudanças no corpo infanto-juvenil. A primeira menstruação, as poluções noturnas, o crescimento de pelos pubianos são algumas mudanças que caracterizam este período. Essas mudanças físicas influenciam nas características psicológicas do adolescente, em especial as descobertas sexuais, as crises e as transformações do corpo.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem é fundamental que os profissionais que trabalham diretamente com a educação se capacitem para o entendimento e compreensão desta fase em desenvolvimento, chamada adolescência. Nesta perspectiva, recorreremos também ao campo da psicologia para melhor discernimento deste processo.

A psicologia, no início do século passado, desenvolveu diversos conhecimentos sobre a adolescência, com destaque para os estudos do americano Stanley Hall, cujo trabalho seguiu orientação da teoria evolucionista de Charles Darwin, e que conceitua a adolescência a partir de uma visão biológica do desenvolvimento. Em outra vertente, para a psicologia do desenvolvimento, a adolescência é definida como um período turbulento (MARTINS; TRINDADE; ALMEIDA, 2003); porém, esta instabilidade, segundo Erickson (1968) faz parte de um estágio do desenvolvimento humano marcado pela formação de identidade e diferenciação de papéis sociais.

Wallon (1975) considera que sendo a adolescência um tempo de realce das exigências da personalidade, o comportamento dos adolescentes oscila entre as demandas de ação e de curiosidade em relação ao exterior e as preocupações com as necessidades do *eu*. São exigências subjetivas que se deslocam em busca dos benefícios da cidadania e das possibilidades desta vinculação sem abrir mão de manter e ampliar sua capacidade de ação, autonomia e autorregulação. Cabe ao educador potencializar as relações de ensino-aprendizagem no entendimento das relações sociais, da motivação, das expectativas do adolescente. Conforme Wallon (1975, p. 228) “A educação é necessariamente um ato social”, onde o aprender parte do plano coletivo para o plano individual.

Neste período da vida, os sentimentos ambíguos de afirmação de sua identidade carecem de mediações para responder às interrogações sobre o sentido do mundo e da sociedade em que vive, enquanto o desenvolvimento de sua racionalidade - chave fundamental para orientar-se segundo escolhas e fins definidos - corre em paralelo ao seu desenvolvimento pessoal e subjetivo (GUARÁ, 1997).

Na sociedade contemporânea, como nos lembra Melucci (2007, p. 36),

a juventude não é mais somente uma condição biológica mas uma definição cultural. Incerteza, mobilidade, transitoriedade, abertura para mudança, todos os atributos tradicionais da adolescência como fase de transição, parecem ter se deslocado bem além dos limites biológicos para se tornarem conotações culturais de amplo significado.

No campo jurídico, a adolescência foi delimitada no Brasil em 1990, por meio do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, em seu artigo 2, estabelecendo um parâmetro que considera criança até doze anos de idade incompletos e adolescente

aquele entre 12 e 18 anos de idade. Considere-se, ainda, como referência em relação ao desenvolvimento pessoal da adolescência o que está inscrito no artigo 6 do ECA no qual se lê que

[...] na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos individuais e coletivos, e a *condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento*² (ECA,1990).

As diversas formas de entendimento da adolescência convergem sobre a importância da adolescência como um período importante do desenvolvimento humano. De acordo com Habigzang (2012), independentemente de idade, esta fase que envolve mudanças e desejos de definição de identidade, confirma padrões de comportamento e estilo de vida, bem como questionamentos e conflitos. O adolescente busca mais liberdade e apoio dos pares e, por isto mesmo, procura estar mais próximo de outros adolescentes que estão vivenciando, como ele, uma necessidade de autoafirmação.

Visando não marginalizá-lo, desqualificá-lo ou rotulá-lo, o ECA alterou a designação “menor”, presente no Código de Menores, para adolescente, numa clara intenção de reconhecer a cidadania plena e garantir a proteção integral a todos os adolescentes e, especialmente, àqueles marcados pela pobreza, pela exclusão e vulnerabilidade social (FULGÊNCIO, 2007).

Reconhece assim, o ECA, que a situação de vida precária, as restrições objetivas e subjetivas, e a falta de esperança, que podem agravar ainda mais as condições de vulnerabilidade dos sujeitos, não constituem uma situação irregular de sua vida, mas sim uma violação de direitos de responsabilidade compartilhada pela família, Estado e sociedade.

2.2 Adolescência e conflitualidade

O sentimento de insegurança social vem sendo colocado à imagem da adolescência o que inclui não apenas aqueles claramente envolvidos em delitos ou em situação vulnerável, mas também aqueles que, com sua presença e cultura, ameaçam o mundo adulto no qual os órgãos de regulação, em crise, pouco

² Grifo nosso.

conseguem se sintonizar com uma realidade que se acelera. (PERALVA, 2007, p.19).

As análises de Zamora (2008) sobre a produção acadêmica em Psicologia destacam vários estudos cujo objeto foram as “múltiplas motivações para a infração e sua dinâmica” em distintos aportes teóricos, em que se destacam aquelas que se posicionam pela não patologização e pelo resgate do debate político pela não naturalização do envolvimento do adolescente com as práticas delitivas. Os temas de pesquisa falam do desenvolvimento do *self* adolescente, da contraditória potência das vidas quando sob a égide do conflito, das rebeliões institucionais, da inserção do jovem no comércio das drogas ilegais, das experiências cotidianas com a violência e o risco. Entre as inspirações teóricas mais referidas estão as contribuições de Michel Foucault e a perspectiva analítica de Winnicott (ZAMORA, 2008, p. 10).

A tendência de criminalização da pobreza é analisada em vários estudos, os quais mostram que os jovens pobres afrodescendentes são vistos como perigosos e criminalizados apesar de serem as principais vítimas de violência, embora não sejam os principais praticantes de crimes violentos no Brasil (GARRIDO DE PAULA, 2013). Este processo de criminalização resultou numa forte campanha para redução da maioridade penal.

Feltran (2011, p. 3) analisa como a categoria “violência” se associa às categorias “jovens e drogas”, exacerbando o medo social potencializado pelo modo como a mídia conta estas histórias que forjam no senso comum uma rejeição às periferias e favelas, estabelecendo uma “correlação direta entre o problema da violência e a questão do menor, da delinquência juvenil”. No entanto, lembra o autor, essa associação não se ratifica nas pesquisas que mostram o envolvimento cada vez maior das classes médias com o tráfico e o consumo de drogas e as inúmeras facetas da relação entre a família, o Estado e o crime e as contradições e áreas de tangência entre a legalidade e a ilegalidade.

Observa-se que o fenômeno da adolescência em contextos de violência conjuga as demandas destes sujeitos de direito com as demandas da justiça, o que resulta em uma possibilidade de atendimento, mesclada com as limitações da lei e os preconceitos e estigmas associados ao adolescente que infraciona. O socioeducador tem a tarefa de compreender as escolhas desses sujeitos, frente a uma realidade desigual e desagregada que penaliza com mais severidade,

justamente, aqueles que não são atendidos sequer em seus mínimos direitos sociais.

Os sujeitos adolescentes não estão passíveis em suas circunstâncias de vida. Eles lutam, tencionam e acabam conseguindo visibilidade apenas nas relações socioespaciais que giram em torno das ilegalidades. As transformações sociais preconizadas pelo ECA e pelo SINASE dependem de ações que compreendam as relações entre sujeitos e espaço, superando a ideia de sujeito isolado e dependente de sua própria força de vontade para resistir às ações infracionais.

A garantia dos direitos sociais preconizados no ECA e no SINASE dependem da disponibilidade de serviços e programas em múltiplas áreas e de ações que compreendam as relações entre sujeitos e espaço, superando a ideia de sujeito isolado e dependente de seus próprios recursos subjetivos frente à atração exercida pelas facilidades e benesses oferecidas pelas atividades criminais.

Assim, complementa Marques (2010), que a posição do adolescente em conflito com a lei, com baixo poder aquisitivo nesta sociedade em que o consumo é o foco e é explorado pelos diferentes meios de comunicação, passa a ser a de desejar e não a de pensar em suas necessidades básicas, sendo o desejo mais um motivo para a prática de atos infracionais - desejo de ter aquilo que não é possível ter.

O imaginário social sobre o adolescente em conflito com a lei vem se construindo a partir dos dados da realidade filtrada pela mídia na qual o aumento da violência urbana envolvendo adolescentes potencializa, neste imaginário, a necessidade de maior repressão e punição. A mudança desta concepção não é imediata e o processo histórico e simbólico que compõe as representações que a sociedade constrói sobre estas pessoas está repleto de elementos que ainda ligam os adolescente em situação de conflito com a lei à antiga concepção de "menores infratores

2.3 As medidas socioeducativas

O desafio para os serviços de execução da medida socioeducativa é de se saber de que forma essas medidas podem ser executadas e acompanhadas com melhores índices de eficácia. Neste estudo procurou-se entender que insumos a

pesquisa pode trazer para a ação profissional, de modo a contemplar uma linha pedagógica que conduza o adolescente infrator à sua integração social.

Focalizou-se especificamente as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade que impõem ao adolescente, autor de ato infracional, o cumprimento obrigatório de tarefas visando seu desenvolvimento e uma ação voltada para o bem comum, em uma perspectiva reparadora, embora estas medidas, que são desenvolvidas em meio aberto, mantenham claramente seu aspecto punitivo e mandatário. São medidas que requerem um acompanhamento personalizado e que exigem a participação efetiva da família, da comunidade e do poder público visando garantir a integração social do adolescente por meio da orientação, da manutenção de vínculos familiares e comunitários, da escolarização e de sua inserção no mercado de trabalho.

A medida de Liberdade Assistida, prevista no artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é aplicada quando o adolescente pratica algum ato infracional de menor gravidade, mas que necessite acompanhamento, auxílio e orientação. Tal medida objetiva estimular o convívio familiar, estruturar a vida escolar e profissional, bem como promover sua integração social.

O Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a medida de Prestação de Serviços Comunitários em que se exige do adolescente a “realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” que não devem exceder oito horas semanais, visando resguardar tempo para as atividades escolares e de trabalho do adolescente.

A medida de PSC, conforme apregoa Bretan (2008), proporciona ao adolescente o desenvolvimento de atitudes como cooperação, solidariedade, participação e responsabilidade. Ao mesmo tempo, possibilita a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes de trabalho, ressaltando-se que as atividades de prestação de serviços à comunidade têm como característica prestar solidariedade a grupos de pessoas ou a instituições que necessitem de ajuda, bem como propiciar o bem-estar da coletividade.

Apesar de ser uma medida menos severa parece ser útil, pois envolve o desenvolvimento de atividades que podem, por sua vez, adaptar o adolescente ao convívio social e profissional. Ou seja, o adolescente em cumprimento dessa medida

deve prestar algum tipo de serviço à sociedade, sendo que, com o devido acompanhamento, esse adolescente passa a se relacionar com outras pessoas, aprende um ofício e acaba desenvolvendo um repertório social (ZANELLA, 2011).

A partir deste cenário, surgem algumas demandas sobre o papel da família no desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei. Compreende-se que a família também viveu transformações histórico-sociais e que atualmente foi eleita a assumir os cuidados e responsabilidades de seus membros sem levar em conta as condições de inclusão/exclusão que também sofre.

As expectativas em relação à integração social dos adolescentes sinalizam para a participação maior da família e da comunidade e a inserção qualificada do adolescente nos programas e serviços necessários à sua cidadania plena, com destaque especial à inserção produtiva, à profissionalização e ao resgate ou a manutenção de seu vínculo com o ensino formal.

2.4 Parâmetros Legais, normativos e técnicos dos programas socioeducativos

O adolescente envolvido num conflito de natureza jurídica requer, de acordo com o ECA, o aporte de políticas que promovam sua proteção integral e políticas de garantia de direitos. Uma vez que seja considerado responsável pelo cometimento de um determinado ato infracional aplicam-se a ele as medidas socioeducativas previstas no ECA, que dependem de decisão dos órgãos de justiça e exigem o devido processo legal.

O ECA prevê os tipos de medidas que podem ser impostas aos adolescentes que praticam atos infracionais, a saber:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Em 2012 foi promulgada a Lei 12 594 que institui o Sistema Nacional Socioeducativo- SINASE, que regulamente os aspectos do ECA relativos à aplicação e execução das medidas socioeducativas.

A Lei nº 12.594/2012 impõe aos municípios (como também à União e Estados) a elaboração e implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo no qual se deve prever a implantação dos programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto e à definição de ações específicas junto aos adolescentes e suas famílias para um período de 10 anos. Cabe, portanto, ao município a responsabilidade pelo atendimento socioeducativo de medidas em meio aberto, como Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O ECA prevê os tipos de medidas que podem ser impostas ao adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional. Estas medidas estão assim descritas:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Os programas de apoio socioeducativo em meio aberto, entre os quais se incluem a Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade que focalizamos neste estudo, permitem que o adolescente não seja deslocado de seu ambiente familiar e comunitário enquanto cumpre a medida socioeducativa. A execução direta deste serviço, hoje tipificado pela Política de Assistência Social, está vinculada ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS de cada município ou de uma região do município.

Segundo o art. 100, par. único, inciso III do ECA, a responsabilidade pela elaboração e execução da política socioeducativa deve ser do poder público, podendo ser realizada por meio de entidades não governamentais as quais serão articuladas com os órgãos públicos corresponsáveis, como é o caso dos CREAS, ou Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Cada equipe responsável

deverá elaborar um projeto específico que inclui as ações de articulação com outros programas e serviços de outras políticas sociais públicas.³

Sendo uma medida judicial em razão do cometimento de um delito, espera-se que o serviço mantenha severidade e o rigor na execução do atendimento para que o adolescente assuma a responsabilidade devida em razão de sua conduta. Tanto a atenção individual como o projeto pedagógico institucional devem se alinhar na busca do cumprimento dos objetivos que a lei, no Art. 1º § 2º, que define os objetivos das medidas socioeducativas, enfatizando a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional (I), a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais (II) e a desaprovação da conduta infracional (III).

A compreensão do trabalho educativo no Programa de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto segue um fluxo de atendimento que conta com a participação de diversos órgãos do Sistema de Justiça (Varas Especializadas, Ministério Público, Defensoria), da Segurança Pública e da Assistência Social, a fim de garantir estrutura sólida para o programa e o seguimento das diretrizes da política com base nos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cada instituição necessita elaborar o documento que sintetiza o objetivo da comunidade socioeducativa e esse documento nomeia-se Projeto Político-Pedagógico (PPP), que é o referencial da metodologia de atendimento (ZANELLA, 2011).

Comentando os diferentes tipos de medida, Costa (2006, p. 37) assim avalia a Liberdade Assistida:

A liberdade assistida é considerada, por muitos magistrados e especialistas em trabalho social e educativo, a rainha das medidas. Como regime de atendimento, eu não tenho dúvidas em considerar que – desde que adequadamente implementada – essa modalidade de ação socioeducativa é a mais articulada e consequente das abordagens, na grande maioria dos casos de cometimento de ato infracional por adolescentes. Para que isso ocorra, no entanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um adequado conjunto de métodos e técnicas de ação socioeducativa e a estruturação de um conjunto apropriado de programas de atendimento de retaguarda nas áreas de aconselhamento, terapia, reabilitação e, como não pode deixar de

ser, educação básica e profissional. A orientação e, quando necessário, o apoio sociofamiliar devem sempre estar presentes.⁴

Já em 2006, o CONANDA, como instância responsável pela formulação, deliberação e controle das políticas públicas, divulgou a Resolução 119/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) em cujo documento se lê sobre o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA):

O cumprimento em meio aberto da medida socioeducativa de liberdade assistida tem como objetivo estabelecer um processo de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente. Sua intervenção e ação socioeducativa deve estar estruturada com ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade) possibilitando, assim, o estabelecimento de relações positivas que é base de sustentação do processo de inclusão social a qual se objetiva. Desta forma, o programa deve ser o catalisador da integração e inclusão social desse adolescente (SINASE, 2006, p. 44).

Sobre a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) a indicação é de que esta seja considerada uma colaboração relevante do adolescente para a comunidade, buscando-se uma ação pedagógica que “privilegie a descoberta de novas potencialidades, direcionando construtivamente seu futuro” (SINASE, 2006, p. 43).

Em 2008, entrou na pauta legislativa federal um projeto de lei visando disciplinar o processo de execução de medidas socioeducativas na tentativa de legalizar e dar institucionalidade à Resolução do CONANDA de 2006 incorporando as ideias do debate vigente sobre a aplicação da justiça ao adolescente envolvido em delito. Este projeto foi transformado na lei 12594/12, também chamada Lei do SINASE, que enfrenta agora um processo de interpretação e implantação, reconhecendo-se nela avanços e retrocessos, um dos quais é o da omissão quase total das questões propriamente educativas e pedagógicas. No cotidiano dos serviços, o orientador da medida - o profissional responsável pelo acompanhamento do caso do adolescente - nem sempre conta com uma rede estruturada de serviços e programas das diferentes políticas sociais para o encaminhamento do adolescente. Espera-se que este profissional possa também monitorar a frequência escolar e o desempenho acadêmico do adolescente em conjunto com a família, bem

⁴ COSTA, Antonio Carlos Gomes da (coord. técnica). **Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente**: Perspectivas e Desafios. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

como apoiar a inserção profissional do adolescente. Como veremos nesta revisão da produção acadêmica, a inadequação das condições objetivas de proteção integral do adolescente torna difícil o alcance dos resultados e expectativas da medida, na perspectiva de socioeducação.

O termo socioeducação decorre de um pressuposto básico que consiste no desenvolvimento humano de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser e, mais ainda, na opção por uma educação que transcende os muros escolares, buscando uma nova forma de pensar o trabalho com o adolescente.

Encontra-se explicitado no SINASE 2012 a necessidade de um acompanhamento individual do adolescente autor de ato infracional por meio de um Plano Individual de Atendimento (PIA) que objetiva tornar o adolescente um sujeito mais autônomo, capaz de perceber suas potencialidades, de saber decidir e avaliar sua conduta. Esse mecanismo estabelece ao adolescente e à família/responsável do adolescente as metas e os compromissos que o auxiliam a organizar seu projeto pessoal. Deve ser construído pelo adolescente e acompanhado por um técnico. Na verdade, deve-se firmar um acordo que implica em definir as prioridades, uma sequência de execução de tarefas, de prazos estabelecidos e na extensão deste plano com a família ou responsável.

Complementa Caparrós (2013) que, de acordo com a lei, o PIA pode sofrer alterações conforme os espaços, as necessidades e a região em que se encontra o Programa de Medidas Socioeducativas. Por esta razão, a equipe tem acesso aos autos do procedimento de apuração do ato infracional e aos autos dos procedimentos de apuração de outros atos infracionais atribuídos ao mesmo jovem. Neste caso, o Programa pode exigir do estabelecimento de ensino o histórico escolar do jovem e as considerações sobre o seu aproveitamento; dados sobre o resultado de medida anteriormente aplicada e cumprida em outro programa de atendimento e, ainda, os resultados de acompanhamento especializado anterior.

Haverá um significado, ou seja, uma valoração do PIA desde que se fortaleçam os vínculos familiares, que se sensibilize o adolescente para o exercício da cidadania e que se promova, sobretudo, uma reflexão que o desperte a descobrir novos significados em sua vida familiar, social e profissional.

A responsabilização do ato infracional deve estar associada a práticas pedagógicas condizentes que possibilitem ao jovem uma reflexão sobre sua

conduta, independente da medida a ser cumprida (internação, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade).

A política socioeducativa atualmente organizada e regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei 12594-12) se define como

o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei” (SINASE, Artigo 1. § 1º).

Os programas de atendimento se objetivam numa ação socioeducativa que, segundo Guará (2010), representa a ação profissional diversificada que incide em diferentes domínios e contextos socioinstitucionais nos quais se oferecem ao adolescente que cumpre medida socioeducativa as oportunidades de desenvolvimento pessoal e social para garantir e promover seus direitos e responsabilidades, incluindo “as estratégias, recursos, técnicas e práticas educativas ou terapêuticas para a formação, apoio, atenção e orientação do adolescente com vistas à sua inserção social” de acordo com os padrões de conduta esperados pela sociedade (p.13).

O estudo dos diferentes modelos de intervenção e práticas socioeducativas permite colocar o debate na esfera pública (Estado, instituições sociais) e discutir a validação de estratégias, ações e medidas que reconduzam o adolescente infrator à sociabilidade e, mais que isso, ao exercício pleno de sua cidadania.

Neste sentido, esclarece Brambilla (2012) que a reformulação do modelo do atendimento têm assumido uma visibilidade social e acadêmica a partir do debate sobre o fenômeno da violência juvenil que vem sendo problematizado principalmente em razão do aumento dos índices de ato infracional, da reincidência e das demandas sociais de segurança social.

As indicações legais exigem que as medidas socioeducativas sejam acompanhadas, contemplando uma linha pedagógica que busque eficácia e conduza o adolescente infrator a uma integração social. A eficácia dos programas e serviços depende, por exemplo, de um Projeto Político Pedagógico consistente e de resultados.

A pesquisa de Valença (2001), que analisa o atendimento e a prática educativa/profissional na aplicação da medida de Liberdade Assistida, conclui que os adolescentes, bem como seus familiares, não têm um atendimento que garanta o seu acesso às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, nem acesso à formação de valores positivos de participação na vida social.

Como pontua Souza (2011, p. 97) embora “o caráter de responsabilização das medidas socioeducativas esteja edificado em valores pedagógicos, educativos e prática cidadã”, ainda há uma aparente distância entre os pressupostos da Doutrina da Proteção Integral, indicados no SINASE e o que ocorre na prática, ainda influenciada pela Doutrina da Situação Irregular.

Considere-se que também são aplicáveis aos adolescentes que infracionam as medidas de proteção necessárias a cada caso. Essas medidas previstas no artigo 101, do ECA, pontuam a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos e o acolhimento institucional, na ausência de família responsável.

Em pesquisa realizada por Araújo (2004) sobre a condição dos adolescentes em Liberdade Assistida, a ausência de relacionamentos sociais efetivos em contextos culturais definidos surge como resultante do abandono e da vitimização a que o adolescente submete sua trajetória de vida na qual também se torna vitimizador.

Cardoso (2009) considera a (re) inserção social como um processo em que se pode oferecer aos sujeitos a viabilização do acesso aos capitais culturais, econômicos, políticos, afetivos, simbólicos que, segundo o autor, permitem a esses realizar a mudança de uma trajetória de exclusão social, sendo relevante a importância da família para a não reincidência no ato infracional.

Conforme expõe Volpi (1998, p. 52),

A medida socioeducativa é, ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, portanto, uma dimensão coercitiva, pois o adolescente é obrigado a cumpri-la, e educativa, pois o seu objetivo não se reduz a punir o adolescente, mas prepará-lo para o convívio social.

O sistema descentralizado e municipalizado, que tem o mérito de estar próximo à realidade social do adolescente, ainda apresenta dificuldade de oferecer

resultados comparáveis e nem é possível saber sobre a eficácia dos serviços que são diversificados e estão em diferentes momentos de implantação nos municípios.

Os estudos de Barbosa (2003), buscam examinar o potencial (res)socializador e responsabilizador da medida socioeducativa e apontam para o caráter de controle social da medida, justamente por não haver uma rede de proteção à juventude brasileira disponível para atender as demandas específicas dos adolescentes. Este processo torna-se ainda mais complicado à medida que a trajetória dos sujeitos é permeada de fatores de estresse como a morte e a separação dos pais, a violência física, a evasão escolar, os conflitos familiares constantes, a privação física severa, dentre outros.

Entre as conclusões de Girardi (2007 *apud* JUNQUEIRA, 2010), que estudou a execução da prestação de serviços à comunidade na Comarca de Porto Alegre, a participação da sociedade é considerada fundamental para a eficácia dessa medida, especialmente no que se refere aos seus aspectos educativos. Considere-se que, neste tipo de medida, o adolescente, em geral, é encaminhado a uma instituição parceira, onde deve prestar o serviço comunitário. Para a autora,

[...] o papel da instituição se revela neste momento, pois é dentro dela que o prestador poderá se sentir parte de algo. Terá um papel específico a desempenhar, dentro de um grupo que labuta com um fim específico. Geralmente, as instituições são de cunho assistencial, o que, por vezes, proporciona um repensar ao prestador [...].

A instituição tem papel fundamental, pois, na realidade, é ela que poderá propiciar que o adolescente elabore uma reflexão sobre sua vida, seus atos. Conforme Stumpf (2002 *apud* JUNQUEIRA, 2010) as instituições contribuem para que a pena/medida tenham o caráter educativo, criando condições adequadas para a reflexão e mudança de comportamento.

Para tal, é necessário que a instituição que acolhe o adolescente tenha uma estrutura que ofereça um suporte adequado, visando não tão somente o cumprimento da medida, mas a eficácia de (re)inserção social.

Fica evidente, assim, que dar voz aos adolescentes pode representar uma possibilidade concreta e prática de construção de novas relações sociais. As práticas sociais dos diferentes agentes das políticas públicas dirigidas a essa população não respondem nem aos parâmetros legais nem às demandas de sua realidade

conforme a interpretação que os próprios adolescentes e profissionais têm de sua inserção em projetos e programas sociais.

2.5 Perfil e características da população adolescente envolvida em delitos no Brasil

O adolescente autor de ato infracional é um sujeito com características, direitos e garantias específicas e um sujeito em desenvolvimento, o que supõe que este está com sua personalidade em formação.

Assim, compreender o adolescente como um todo, em seus aspectos físicos, sociais, econômicos e psicológicos, é de fundamental importância para uma intervenção de prática educativa, razão pela qual se torna importante conhecer seu perfil e os dados do atendimento.

Várias discussões têm sido feitas para discernir e entender as características que tornam o adolescente mais vulnerável a atos ilícitos. Pergunta-se: seus atos de rebeldia seriam fruto de sua imaturidade? Qual é a relação entre suas atitudes delituosas na perspectiva psicossocial? Quais são os fatores econômicos e sociais de sua realidade?

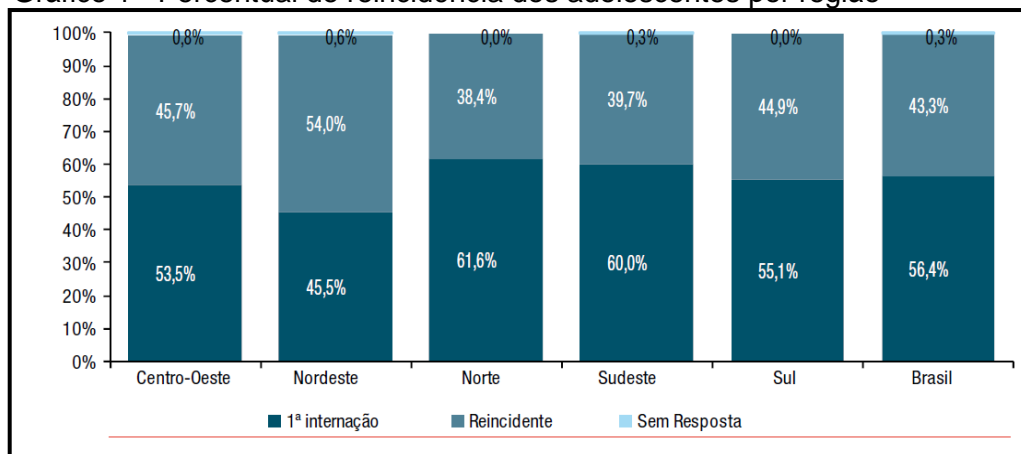
Apesar destes questionamentos, a opinião pública, sobre o adolescente que comete delitos, julga como solução mais imediata para o problema da violência urbana, o isolamento do adolescente do meio social, confinando-o em instituições que, como constatou o Conselho Nacional de Justiça⁵ (CNJ, 2012), apresentam precárias condições e subjugam os adolescentes ao ócio, superlotação, repressão e violência, refletidas nas rebeliões.

A medida privativa de liberdade, a se considerar o registro de reincidentes no sistema socioeducativo, como apurado pelo CNJ (2012) não tem sido eficaz e apresenta uma média de 43,3% de reincidências, sem se considerar a repetição da conduta delitiva após os 18 anos, o que torna evidente que o encarceramento gera mais violência e propicia a criminalidade. Pode-se ver, no Gráfico 1, que apresenta

⁵ Veja-se a respeito o Programa Justiça ao Jovem, lançado em 2010 pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), sob a denominação de Medida Justa, que produziu um relatório - Panorama Nacional - Execução das Medidas Socioeducativas de Internação; disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf

os dados apurados na referida pesquisa, a reincidência dos delitos cometidos pelos adolescentes nas mais diversas regiões no país.

Gráfico 1 - Percentual de reincidência dos adolescentes por região



Fonte: DMF/CNJ

Ao observar o estudo efetuado no ano de 2009, é possível afirmar que a primeira internação ocorre com maior frequência nas regiões norte e sudeste, e, em contrapartida, a reincidência é bem acentuada na região nordeste.

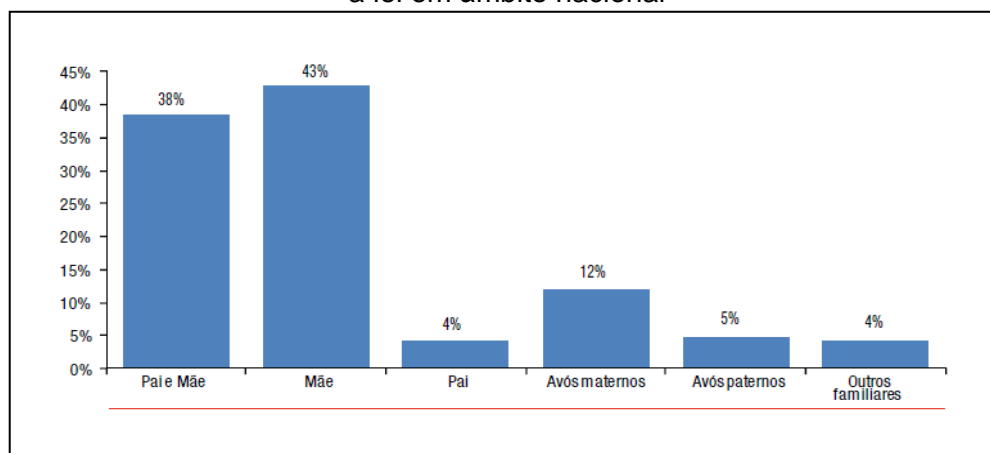
Investigações e estudos demonstram que a situação de privação de liberdade do adolescente não diminui o número de infrações, evidenciando-se que quanto maior a pena, maior o índice de reincidência (SILVEIRA FILHO, 2009).

O Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos em 2010, aponta que, neste ano, “havia 17.703 adolescentes em privação e restrição de liberdade, sendo 12.041 em internação; 3.934 em internação provisória e 1.728 em semiliberdade”, constatando-se que houve, em comparação com os dados de 2009, um crescimento de 4,50% de aplicação de medidas de privação de liberdade. Esta medida mais dura somente deverá ocorrer quando o adolescente se encontrar em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente para tal situação (SDH, 2011, p. 32).

A revisão bibliográfica tem evidenciado que a vulnerabilidade dos adolescentes que cometem infração decorre de um contexto social, familiar, econômico e cultural mais amplo e complexo, não se podendo atribuir só a ele ou à sua vontade individual a culpa pela infração cometida, embora as regras legais

assinalem claramente sua responsabilização, aplicando medidas mais duras de controle. A evidência dos fatos é constatada no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Responsáveis pela educação e proteção familiar do adolescente em conflito com a lei em âmbito nacional



Fonte: DMF/CNJ.

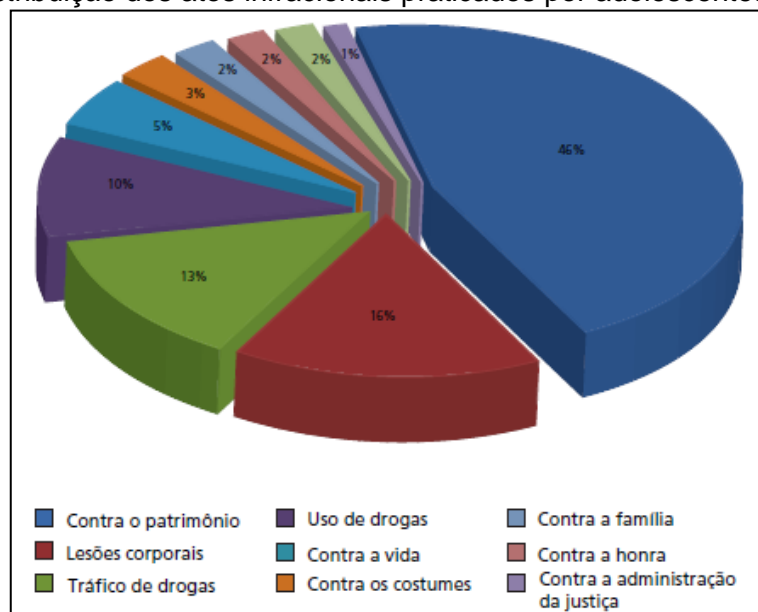
É possível observar, na representação gráfica, que quase metade dos adolescentes do sistema pertence a famílias monoparentais (comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes que moram com o(s) filho(s)) ou é cuidada pela rede familiar, supondo-se assim uma fragilidade de condições de proteção, supervisão e apoio em seu processo de desenvolvimento pessoal e social.

No novo cenário social, o comércio e uso de drogas ilícitas, assim como o apelo crescente ao consumo de bens materiais que dão reconhecimento social, têm provocado uma mudança no perfil do adolescente atendido no sistema Socioeducativo.

O Levantamento Nacional das Unidades de Execução de Medidas de Privação de Liberdade apontou que dos adolescentes envolvidos em delitos, 85,6% usavam drogas antes da internação em Unidade de Privação de Liberdade. Deste percentual, 67,1% consomem maconha, 32,4% utilizam álcool, 31,3% são usuários de cocaína ou *crack* e 22,6%, de substâncias inalantes. Dentre estes adolescentes, 66% são oriundos de famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. Portanto, sobrevivem em contextos de pobreza. Em relação à escolarização, 89,6% não concluíram o Ensino Fundamental, mesmo tendo idade para estarem cursando o Ensino Médio (TABORDA, 2012).

Outro aspecto fundamental, e não menos importante, é a natureza do delito, conforme apresenta o Gráfico 3.

Gráfico 3 - - Distribuição dos atos infracionais praticados por adolescentes no Brasil (2008)



Fonte: DMF/CNJ.

Pode-se constatar que os crimes contra o patrimônio são os mais recorrentes entre os jovens; porém, 23% dos casos apontam o uso ou tráfico de drogas como a infração cometida. Vale lembrar que o uso não deveria resultar em detenção do adolescente, pois não é considerada uma infração passível de medida tão gravosa.

Estes adolescentes em conflito com a lei são amparados pela esfera governamental, de forma a permitir duas modalidades de atendimentos, os quais são assim classificados: (1) meio fechado, que consiste em internação ou regime de semiliberdade e (2) meio aberto, que são programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Ao considerar esta perspectiva nacional de atendimento aos adolescentes assistidos, o Quadro 1 apresenta a estimativa nacional das modalidades ora mencionadas.

Quadro 1 - Proporção entre adolescentes em meio fechado e em meio aberto

	UF	Adolescentes em Meio Fechado	Adolescentes em Meio Aberto	Proporção Meio Fechado: Meio Aberto
BRASIL	BR	18.107	40.657	1:2
NORTE	AC	196	142	1:1
	AP	86	74	1:1
	AM	67	168	1:3
	PA	291	514	1:2
	RO	189	130	1:1
	RR	33	510	1:15
	TO	123	153	1:1
NORDESTE	AL	161	103	1:1
	BA	465	623	1:1
	CE	1.074	2.770	1:3
	MA	106	448	1:4
	PB	217	253	1:1
	PE	1.473	1.637	1:1
	PI	59	109	1:2
	RN	130	229	1:2
	SE	141	122	1:1
CENTRO OESTE	DF	775	3.000	1:4
	GO	239	2.761	1:12
	MT	215	491	1:2
	MS	193	919	1:5
SUDESTE	ES	490	999	1:2
	MG	1.068	4.060	1:4
	RJ	833	1.052	1:1
	SP	70.74	8.729	1:1
SUL	PR	1.092	5.686	1:5
	SC	434	00:00	1:6
	RS	883	2.483	1:3

Fonte: Censo SUAS (2010).

Em relação às diferentes medidas, pode-se observar que a proporção de adolescentes atendidos, em âmbito nacional, em meio fechado e em meio aberto é de 1:2. Tem-se, portanto, pelos dados expostos, que 40.657 dos adolescentes são atendidos em meio aberto, no entanto, certa discrepância pode ser constatada no estado de Santa Catarina em que não se demonstra a existência de nenhum registro de adolescente nesta situação.

As ações adotadas como forma de melhoria para solucionar qualquer problema devem ser mensuradas para permitir eventuais correções de desvios. Dessa maneira, o Quadro 2 exhibe o resultado obtido na pesquisa avaliativa.

Quadro 2 - Avaliação das medidas socioeducativas e protetivas implementadas nas Comarcas

(Em %)	Avaliação						Total
	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Excelente	Não informado	
Medidas socioeducativas e protetivas							
Medidas socioeducativas							
Prestação de serviços à comunidade	4,2	5,0	31,6	41,8	3,5	14,0	100,0
Liberdade assistida	7,4	7,3	28,9	36,5	3,7	16,2	100,0
Semiliberdade	13,3	7,4	27,7	27,3	1,7	22,6	100,0
Internação	12,6	7,0	25,6	31,8	2,6	20,5	100,0
Medidas protetivas (Artigo 101, I a IV, ECA)	4,8	5,7	30,1	40,3	4,0	15,1	100,0

Fonte: DPJ/CNJ.

Percebe-se, nesta avaliação, que as medidas em meio aberto (prestação de serviços e liberdade assistida) têm uma avaliação mais positiva face às demais, no entanto, o percentual de não informado é um índice bem acentuado.

Os estudos demonstram os resultados dos esforços da reinserção desses adolescentes em conflito com a lei na sociedade, porém, reflexões acerca do assunto devem ser discutidas, considerando o dinamismo/evolução do ACL no contexto social. Estudos elaborados acerca de cinco anos atrás que traçam o perfil de um ACL podem não retratar o perfil do ACL na conjuntura atual. Mudam-se as perspectivas quanto a estudo, trabalho, convivência familiar, convivência comunitária entre outros.

2.6 A integração social do adolescente atendido pelos programas socioeducativos

A integração social do adolescente, como vem sinalizada pelos parâmetros legais em vigência, desde o ECA até o SINASE, supõe especialmente a sua inserção na rede de proteção oferecida pelas políticas sociais, além do convívio comunitário civilizado e um pertencimento familiar que o apóie na transição de uma experiência com atividades ilegais para uma experiência cidadã.⁶

Os benefícios trazidos pela reinserção social do adolescente em conflito com a lei atingem não só os próprios adolescentes como também as suas famílias e, indiretamente, influenciam de maneira positiva na sociedade em geral, na medida em que o Programa pode contribuir para a diminuição de ocorrência de delitos e, por

⁶ Ver aqui também, o artigo Conhecendo um Programa de Liberdade Assistida pela Percepção de seus Operadores no link: [HTTP://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n2/v29n2a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n2/v29n2a10.pdf)

consequente, para a melhoria da qualidade de vida da população que convive com o público-alvo do Programa em questão (BOULLOSA; TAVARES, 2009).

O cumprimento da medida socioeducativa contempla necessariamente o envolvimento familiar e comunitário. Segundo Volpi (1998), deve-se oportunizar o relacionamento entre o adolescente e a comunidade, bem como trabalhar de forma contínua com a família do adolescente no engajamento de seu processo educativo.

Conforme Costa (1995), essa inserção se dará de modo mais efetivo se realizada com a garantia de um protagonismo juvenil, ou seja, a participação do adolescente no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e sua ampla vida social.

A pesquisa de Duque (2006) analisa a percepção dos adolescentes em conflito com a lei da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, tendo em vista os valores que ele destaca como importantes no processo de integração social, concluindo que o programa de LA contribui para inserir nos adolescentes os valores de família e da cultura. Este estudo também apontou que foi deficitária a inserção do adolescente no mercado de trabalho.

3 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E A ESCOLA

“A Educação, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.”
(Paulo Freire)

3.1 Contribuições teóricas para a aplicação das medidas em meio aberto resgatando algumas pistas de Makarenko e Paulo Freire

3.1.1 A ação socioeducativa: diversas contribuições

O presente capítulo tem por objetivo abordar as medidas socioeducativas em meio aberto, sendo elas compostas pela Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Sociedade (PSC), nas quais os adolescentes deveriam encontrar o apoio necessário à sua integração social e familiar. Para tanto, o estado oferece normas orientadoras e requer a existência de programas devidamente planejados e estruturados para que este objetivo seja alcançado. Procurou-se apresentar duas visões distintas e complementares vivenciadas em realidades e contextos díspares.

Guará (2011) considera que a ação socioeducativa deve ser ancorada em abordagens pedagógicas, terapêuticas, sociais, judiciais e jurídicas e que, tendo a medida socioeducativa uma natureza híbrida que conjuga a ação educativo-pedagógica imposta coercitivamente como punição, os desafios da execução são constantes. Deseja-se, com as medidas socioeducativas, que os adolescentes se submetam disciplinadamente às propostas de intervenção, uma vez que o cometimento de delitos revela um comportamento disruptivo. O ECA, assevera Bretan (2008), buscou imprimir um caráter educativo à sanção, ainda que isso possa, em certos momentos, parecer um tanto contraditório (2008).

Valle e Arriada (2012), discutindo a pedagogia de Makarenko, na qual a disciplina ocupava um lugar central numa perspectiva diferente de como é entendida hoje, lembram que:

A disciplina não é um efeito de certas medidas ‘disciplinares’, mas de todo o sistema de educação de todas as circunstâncias da vida, de todas as influências a que estão submetidas as crianças. Neste sentido, a disciplina não é a causa, não é o método, não é o meio de uma boa educação, mas o resultado (VALLE; ARRIADA, 2012, p. 112).

Uma “boa educação” só pode acontecer se se puder colocar os adolescentes que cometeram atos infracionais, numa posição de sujeitos de direito. Frainer (2003 *apud* CARDOSO, 2009) aponta para a necessidade de responsabilização da sociedade para com os adolescentes, o que poderá ser consubstanciado em serviços de boa qualidade nos municípios, nos quais se pode contar com os fundos de financiamento para viabilizá-los e com os conselhos da criança e do adolescente para acompanhá-los.

A demarcação do conceito de socioeducação, observa Guará (2011) precisa ir além dos parâmetros normativos e legais e chegar à especificidade de cada medida, além de beber nas referências dos estudos sobre a educação para a convivência social o que alarga a compreensão da medida. Afinal, todos os adolescentes, independentemente de sua condição ou situação, teriam direito à socioeducação, enquanto educação social, se esta for entendida no marco da educação como um conceito mais abrangente.

Cada medida socioeducativa possui condições diferentes de tempo e tipo de sanção, sendo as de privação de liberdade as medidas mais gravosas. Nas demais medidas torna-se mais possível um investimento técnico e político no desenvolvimento pessoal, social, emocional, educacional e na manutenção dos vínculos familiares e comunitários do adolescente. (ZANELLA, 2011).

O Plano Decenal do Atendimento Socioeducativo (CASA, 2014. p. 75) informa que de 2006 a 2013 houve um aumento de 111% no número de adolescentes atendidos por ano no Estado de São Paulo evidenciando o ritmo acelerado de crescimento de medidas privativas de liberdade⁷ No mesmo documento, apresenta-se a previsão de atendimento para as medidas socioeducativas em meio aberto onde se lê que há uma expectativa em 2014 de 16135 adolescentes com medida de Liberdade Assistida e 8546 adolescentes cumprindo medida de prestação de serviços à comunidade.(p. 89) no Estado de São Paulo. Zanella(2011) comenta que este quadro institucional repercute na academia em diferentes áreas do conhecimento, cujos temas de estudo e pesquisa têm privilegiado a investigação sobre o perfil e a trajetória infracional do adolescente em conflito com a lei, a discussão dos aspectos legais na aplicação das medidas socioeducativas, as

⁷ Notícia veiculada em 08/08/2014 na revista CARTA CAPITAL on line sobre denúncias do MP de São Paulo sobre a Fundação CASA dá a seguinte informação: “Foram contabilizadas 8.079 vagas em todo o sistema, enquanto a demanda é de pelo menos 9.549 vagas.”

instituições de privação de liberdade e, ainda, a frágil estruturação de programas em meio aberto pelos municípios brasileiros.

Estudos que envolvem o fenômeno da adolescência e da violência têm sido um eixo forte da produção científica. Entretanto, observa-se certa escassez na literatura nacional ou investigação relevante sobre a ação socioeducativa. A recorrência do tema da municipalização nas produções acadêmicas recentes mostra as preocupações sobre a gestão e a prática da ação socioeducativa no nível local.

Bretan (2008) esclarece que, na esteira da municipalização do atendimento socioeducativo preconizado pelo ECA, no artigo 88, inciso I, mais recentemente reafirmado como prioridade pelo SINASE, cabe ao município a responsabilidade pelo atendimento socioeducativo de medidas em meio aberto, como LA e PSC. Em âmbito regional, esse sistema em cada Estado da federação se organiza por meio de um Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo. Independentemente do tipo de medida que atende, cada instituição necessita elaborar o documento que sintetiza o objetivo da comunidade socioeducativa por ela atendida e a esse documento nomeia-se: Projeto Político-Pedagógico (PPP), que é o referencial da metodologia de atendimento (ZANELLA, 2011).

Em outras palavras, o Projeto Político Pedagógico - PPP, além de ser o eixo de toda ação desenvolvida num serviço de atendimento, é a oportunidade para que cada instituição possa descobrir sua identidade e apresentar o seu comprometimento na melhoria da qualidade do atendimento àqueles que estão em situação de conflito com as normas sociais, em maior ou menor grau.

Zanella (2011) menciona que, por convenção, o Sistema de Garantia de Direitos atribui a todos os programas que atendem as crianças e os adolescentes a designação de programas socioeducativos, independente se a ação realizada é de proteção ou de socioeducação. Essa junção conceitual contribui para a não compreensão da condição sancionatória da medida socioeducativa, quando aplicada a adolescente autor de ato infracional ou, ao contrário, para a não compreensão do caráter educativo da medida.

Diz ainda a autora que, por outro lado, na legislação vigente, o conceito socioeducativo somente aparece vinculado à trajetória jurídica e processual do adolescente em situação de conflito com a lei. Sendo assim, a referência ao termo programas de socioeducação acaba sendo atrelada à execução das medidas socioeducativas.

A lei define e a literatura ressalta que plano de atendimento socioeducativo deverá se dar de modo integrado entre as instituições esta que executam medidas. O adolescente egresso da internação, por sua vez, pode receber a LA como uma espécie de 'progressão', retornando ao município de origem para o cumprimento dessa medida, como pondera Bretan (2008). A elaboração do plano de atendimento e sua interlocução com os demais executores de medidas deve obedecer ao princípio da incompletude institucional fundamentado no artigo 227 da Constituição, expresso no ECA, assim estabelecido:

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados do Distrito Federal e dos municípios.

Esse princípio, expresso no ECA, de forma geral, indica a necessidade de participação social na formulação, gestão e execução de políticas públicas para infância e juventude, especialmente nas instâncias dos Conselhos Tutelares (na esfera municipal) e dos Conselhos de Direitos nas três esferas (federal, estadual e municipal) (BRETAN, 2008).

Zanella (2011) comenta que, infelizmente, nos espaços de formação onde se pode ouvir os profissionais da pratica cotidiana, há depoimentos indicando queos Centros de Socioeducação (unidades de internação) não realizam os contatos que podem conseguir uma partilha de responsabilidade entre os programas de internação e os serviços de medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) e vice-versa.

As pesquisas analisadas por Zanella (2011) mostraram que as instituições possuem um número indefinido de projetos que se entrelaçam no espaço socioeducativa, mas são projetos isolados, desarticulados, nos quais propósitos comuns não são negociados para uma ação consistente de transformação e onde sobressaem as tarefas mais burocráticas..

Estas contradições foram estudadas por Nozabielli (2003 *apud* CARDOSO, 2009), a qual se centrou na análise colocam do processo de gestão pública e na interferência no desenho organizacional e institucional do sistema local. A análise demonstra que elementos da cultura política e da trajetória histórica das organizações rebatem nas representações e práticas sociais e conduzem à sobreposição de umas às outras, reconhecendo que .o processo de municipalização

é muito lento. Porém, lembra Zanella (2011, p. 55) que as instituições socioeducativas não são “instituições de produção, que [...] transformam inexoravelmente os estudantes em seres passivos, aptos e ansiosos para se inserirem numa sociedade desigual”, ou seja, a capacidade de agir na contradição está nos adolescentes que modificam a sua trajetória de vida, saindo da criminalidade, mas também nos que reincidem por uma ordem social já estabelecida. Nesse sentido, cabe ressaltar a pesquisa realizada por Gallo (2006 apud GUARÁ, 2011) buscou desenvolver repertórios socialmente adequados, a fim de diminuir a reincidência em atos infracionais em adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e à Liberdade Assistida na cidade de São Carlos. Estes dados foram comparados com uma amostra semelhante à cidade de London, no Canadá visando identificar correlações em diferentes contextos. Os dados sugerem que os adolescentes de São Carlos abandonaram os estudos muito cedo, por não conseguirem acompanhar as aulas, enquanto as escolas canadenses oferecem uma ampla rede de serviços para evitar a evasão escolar, como programas de apoio educacional.

3.2 Paulo Freire, Makarenko e a educação de adolescentes socialmente excluídos

Paulo Freire e Makarenko fizeram diferentes percursos para a construção de sua reflexão sobre educação e educação social. Porém, ambos tiveram pela frente o desafio de buscar alternativas de educação para os chamados “excluídos sociais.”

Os pressupostos de Paulo Freire e de sua visão de mundo, de sociedade e de homem na área da educação são definidos da seguinte maneira por Saviani (2007, p. 333):

[...] é irrecusável o reconhecimento de sua coerência na luta pela educação dos deserdados e oprimidos que no início do século XXI, no contexto da ‘globalização neoliberal’, compõem a massa crescente dos excluídos. Por isso seu nome permanecerá como referência de uma pedagogia progressista e de esquerda.

Em consonância com uma visão de mundo e de sociedade igualitária, um dos primeiros modelos pedagógicos, sistematizado para o trabalho com adolescentes privados de liberdade, possui realização histórica datada de 1920,

aproximadamente, e foi publicado no Brasil, com o título *Poema Pedagógico*, do pedagogo russo Anton Semiónovitch Makarenko (1888-1939).

A Pedagogia de Makarenko possui forte vinculação ao materialismo histórico-dialético e trabalha os pressupostos de respeito ao educando, de disciplina e regime como método, educação política dos educandos, autogestão, autonomia e, sobretudo, o conceito amplo de coletividade, relacionando-o com o coletivo de educandos, de pedagogos e educadores. A questão principal defendida pelo autor está centrada na formação do homem novo para uma sociedade comunista em construção.

Makarenko (2005, p. 13) traz a discussão da construção da coletividade e da transformação dos sujeitos nesse processo. Em sua Colônia Gorki,⁸ o objetivo não era somente a ressocialização de jovens delinquentes, mas a “educação social”.

O principal é que, sabe... não se trata de alguma colônia de delinquentes juvenis qualquer, **mas, você entende, é a educação social. Precisamos de um homem novo assim... um que seja nosso! E você trate de construí-lo.** De qualquer jeito, todos têm que aprender. Então vai aprender também.

Mesmo no início do século XX, Makarenko havia percebido que a educação escolar era fator determinante na prevenção das reincidências em atos delitivos. A escola da Colônia recebia muita atenção de sua parte e todos os adolescentes a frequentavam sem nenhum questionamento. Porém, entendia o autor que a escola, assim como o trabalho, a comunidade, a arte etc, faziam parte de um sistema geral que tinha que ser coerente.

Conforme Makarenko (2005, p. 57), “o trabalho que serve de meio educativo só é possível como parte de um sistema geral” e “estou convencido de que nenhum método se pode examinar isolado fora de um sistema”. Ou seja, os projetos e atividades desenvolvidos no espaço socioeducativo precisam de um alicerce comum, qual seja, um método de atendimento que oriente cada fase do processo socioeducativo do adolescente e que seja alicerçado numa filosofia comum, que precisa considerar o “sistema geral” como pretendia Makarenko.

As palavras de Makarenko (2005) demonstram que a crença no sujeito social deu ao educando e ao educador condições de superar a dicotomia entre trabalho manual *versus* trabalho intelectual, entre o pensar e o fazer, estimulando o

⁸ Nome dado a uma casa de abrigo para jovens infratores, na antiga União Soviética, sob a coordenação do pedagogo russo Antonio Makarenko.

desenvolvimento de todas as potencialidades, para que estes pudessem atuar em todos os domínios da vida social.

Em sua discussão acerca da palavra *trabalho* Makarenko *a associa* à educação (2005, p. 56-57) e assume que este pode ter diferentes perspectivas:

A princípio o trabalho era percebido como um trabalho simples, como o trabalho de 'autosserviço', depois como um processo laboral inútil, improdutivo, como o exercício para consumir energia muscular. E a palavra trabalho iluminava de tal maneira a nossa lógica que ela nos parecia infalível, ainda que a cada passo se fosse descobrindo que não existe uma verdadeira infalibilidade. Mas acreditávamos tanto na força ética do próprio termo que também a lógica nos parecia sagrada. Entretanto, a minha experiência e a de muitos camaradas de escolas foram mostrando que é impossível deduzir algum método a partir do matiz ético do próprio termo, que o próprio trabalho aplicado à educação pode organizar-se de diversas formas e em cada caso podem obter-se resultados distintos. Em todo o caso, o trabalho sem um ensino que marche a par, sem uma educação política e social que o acompanhe, não produz efeito educativo algum e converte-se num processo neutral. Podeis obrigar a trabalhar uma pessoa quanto quereis, mas se ao mesmo tempo não a educais política e moralmente, se esta pessoa não participar na vida social e política, o trabalho será simplesmente um processo neutral que não dará resultado positivo algum (MAKARENKO, 2005, p. 56-57).

Dessa maneira, para o autor, garantir a formação profissional adequada, experiências profissionalizantes articuladas com as demais atividades do espaço socioeducativo e atreladas à inserção produtiva dos adolescentes, são possibilidades mais exitosas que a atividade mecânica de inserção profissional.

A coletividade – o sentido de grupo e o de pertencimento, e o trabalho são centrais na proposta de trabalho educativo do autor. Um grupo de adolescentes que constrói um objetivo comum e um compromisso coletivo, que é aceito pelo grupo com suas capacidades e limitações, encontra motivação para realizar as difíceis tarefas cotidianas. Este coletivismo, entretanto, não pode ser desenvolvido nas medidas em meio aberto em que prevalece o atendimento individual e onde o trabalho em grupo parece não conseguir se firmar como metodologia de ação profissional, segundo depoimentos de agentes de medidas.⁹ Há, entretanto, nesta lição do pedagogo ucraniano, um mapa de valores importantes que podem frequentar as sessões de orientação na execução do programa socioeducativo.

⁹ Depoimentos de colegas em sala de aula nas disciplinas do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei.

Ferreira, Marafon e Santos (s/d) refletindo sobre a dificuldade encontrada por Makarenko de ter educadores adeptos à sua causa, gente com disposição para o trabalho educativo, assinala que, também hoje,

é muito normal nos nossos dias quando ouvimos educadores que após pouco tempo de atividade afirmam terem terminado o período de formação animados e desejosos de fazer a diferença, mas diante da realidade da escola na qual foram inseridos, na qual se defrontaram com o cansaço e a falta de compromisso dos colegas mais velhos, causado na maioria das vezes pelas situações precárias nas quais necessitam trabalhar (salário baixo, número excedente de crianças por turma, falta de material), desistiram de seus 'bons propósitos', pois, começaram a acreditar que não é possível mesmo fazer a diferença.(p.6) (grifo no original)

Makarenko tinha autoridade para confrontar-se com governantes e com os educandos. Com estes, era notável sua capacidade de colocar-se ao lado deles, com uma postura firme e confiante que inspirava segurança e admiração, como seria desejável que se desse nas escolas em relação aos adolescentes em geral e aos adolescentes envolvidos em delito, em especial.

Sob outra ótica, a discussão pertinente ao dilema de socioeducar esbarra em problemas cotidianos e profundos do processo educativo, como a falta de interesse dos adolescentes para aprender por meio dos mecanismos tradicionais de ensino apresentados pelo sistema educacional brasileiro. Este, na verdade, não é um tema novo para a educação, como Paulo Freire (1993) analisou

O problema que se põe àqueles que, mesmo em diferentes níveis, se comprometem com o processo de libertação, enquanto educadores, dentro do sistema escolar ou fora dele, de qualquer maneira dentro da sociedade (estrategicamente fora do sistema **escolar**; taticamente dentro dele), é saber o que fazer, como, quando, com quem, para que, contra quem e em favor de que.

Assumir a proposta de promoção – em oposição à punição – como base das medidas socioeducativas, exige a busca de outros referenciais, é o que defende o educador. Para ele, o modelo correccional e assistencialista não garante uma socialização que permita uma vida mais digna e humanizada aos adolescentes. O sentido de “reforma moral” necessita ser substituída pelo ideal de responsabilização, autonomia, solidariedade, investimento nas potencialidades dos adolescentes e transformação das condições que afetam negativamente suas vidas.

Para isto, os programas socioeducativos precisam ter claramente definidos seus projetos político pedagógicos. As medidas socioeducativas podem ter

importância crucial na transformação da vida dos adolescentes em conflito com a lei e de suas famílias. O cumprimento de uma medida socioeducativa pode ser traumático para o adolescente, e, dependendo da eficácia do trabalho, corre-se o risco de reforçar sua permanência nas práticas delituosas, ou, ao contrário e felizmente, contribuir para que ele busque outras formas de sociabilidade. A concepção pedagógica define as atitudes que os profissionais terão na atuação juntos aos/com adolescentes (FREIRE, 1993).

Paulo Freire, em sua obra *Educação e Mudança*, deixa claro que somente o ser humano, diferentemente de outros animais, pode promover as mudanças tão imprescindíveis à sociedade, pois este tem o poder de decidir sobre o seu futuro, uma vez que é dado ao homem o livre arbítrio ao afirmar que “o homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo” (FREIRE, 1979, p. 31).

Para justificar esta afirmativa, reporta-se ao educador Anísio Teixeira que, já na década de cinquenta do século XX, dizia que, mais do que qualquer outro instrumento de origem humana, a educação:

[...] é a grande norteadora das condições entre os homens [...] e, a escola primária [...] é o fundamento, a base da educação de toda nação. Dela é que depende o destino ulterior de toda cultura de um povo moderno. Se de outras se pode prescindir e algumas nem sempre se pode atingir, ninguém dela deve ser excluído, sob qualquer pretexto, sendo para todos imprescindível. Façamo-la de todos e para todos. (TEIXEIRA, 1990, p. 71-72).

Destacamos as contribuições de Paulo Freire e Makarenko relativas ao processo socioeducativo do adolescente junto à sociedade e a importância da educação como medida transformadora da realidade humana, visando enfatizar o papel fundamental da escola na construção de projetos socioeducativos, exatamente porque percebemos que a inserção e o sucesso escolar parecem constituir um dos dilemas centrais das atividades com adolescentes nas medidas em meio aberto. Ambos os autores valorizam a educação que extrapola os muros da escola, impregnando e se impregnando das experiências e diferentes saberes que os educandos podem trazer das incursões à comunidade, do trabalho não alienado, dos pequenos encontros e diálogos cotidianos e da reflexão crítica sobre estas experiências. A pesquisa a seguir deixará evidente que a ausência desta visão ainda preside os projetos educativos tornando mais dura a tarefa de educar e, da parte do

adolescente, de se tornar um membro ativo e participativo de seu destino e do destino coletivo de seu bairro, cidade e país.

O capítulo a seguir apresenta algumas pesquisas relacionadas ao PSC e LA e a escola, objetivando auxiliar a prática profissional socioeducativa dos agentes sociais a partir do acesso facilitado das produções acadêmicas ora elencadas, bem como destaca-se alguns pesquisadores que abordaram a temática desde a implantação do ECA.

Por meio de um banco selecionado de dissertações e teses no qual foram analisadas, em específico, aquelas que tratam da relação do adolescente com a escola, buscou-se facilitar o acesso da produção acadêmica existente.

4 AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: A RELAÇÃO COM A ESCOLA

“A pedagogia é a teoria que explica os fins e os meios da ação educativa a partir de uma concepção de homem e de mundo”.
(FREIRE apud COSTA, 1995, p.37).

O levantamento dos trabalhos científicos relativos às medidas socioeducativas em meio aberto evidenciam que este vem sendo um tema bastante abordado pela academia nos tempos recentes por sua relevância e pertinência com a situação social de agravamento dos índices de violência envolvendo adolescentes. Consideramos que estas reflexões e achados desta produção não têm chegado aos operadores da prática socioeducativa na perspectiva de melhoria do atendimento.

Reside aí a intenção deste estudo: a de poder oferecer uma facilitação de consulta e uma análise do que já foi produzido visando melhorar a eficácia da aplicação desta medida, reconhecida como a mais adequada para aplicação por ser potencialmente mais eficaz.

A ação direta de natureza educativa com adolescentes que cumprem medida socioeducativa apresenta muitos desafios e parte deles se vê refletida nas temáticas escolhidas pelos autores, produzindo um movimento de problematização das práticas.

4.1 O estado do conhecimento sobre o adolescente em conflito com a lei em produções anteriores.

O método de abordagem das pesquisas do tipo que pode ser descrito como “o estado da arte” ou o “estado do Conhecimento” é geralmente do tipo descritivo e experimental, de natureza quantitativa em relação ao acervo e qualitativa em sua análise priorizando a pesquisa bibliográfica e documental.

Na presente pesquisa iniciamos pelo levantamento das outras revisões da produção de conhecimento na área feitas por diversos pesquisadores entre as quais destacamos os trabalhos de Marília Sposito, Daniel Cardoso, Maria Emilia Bretan e Maria Helena Zamora.

A Profa. Dra. Marília Sposito (USP/SP), produziu, em 2002, *O Estado da Arte sobre Juventude na pós-graduação brasileira*, em que abordou o conhecimento

sobre juventude em educação, no qual destacou a existência de 16,6% das produções que tratavam do adolescente em situação de exclusão social, além de 2,8% sobre jovens e violência, e 2,3% sobre grupos juvenis.

Daniel Cardoso (2009) produziu um estudo cujo título é *O estado do conhecimento sobre Liberdade Assistida no Brasil nas últimas décadas* no qual consultou 137 teses e dissertações. O autor constata uma baixa produção acadêmica no tema e a preocupação com as imagens, percepções e representações sobre medidas socioeducativas, o adolescente e sua relação com a escola, além de estudos sobre programas e projetos.

A Profa. Dra. Maria Helena Zamora, da PUC-RIO, pesquisando a produção em Psicologia revela o aparecimento de reflexões sobre o perfil do jovem, motivações para o delito, relação com a família e a comunidade, ligação com as dinâmicas criminais, drogas ilegais e análises da situação do sistema socioeducativo nacional.

Outra contribuição relevante é o trabalho de Maria Emilia Accioli Nobre Bretan (2008) em seu Mestrado em Direito intitulado *Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC/SP (1990-2006)* que aferiu produções acadêmicas nas quais os temas mais recorrentes são: o adolescente como sujeito de direitos; a medida socioeducativa; a lei, os direitos e as garantias, os processos de institucionalização e criminalização, as políticas públicas e o sistema de justiça, as instituições, os atores e as práticas.

A pesquisa de Guará (2010) embasa a presente pesquisa, sendo esta uma contribuição complementar àquela, cobriu o período de 1990 (ano da aprovação do ECA) até 2008 resultando num Banco de Teses e Dissertações Adolescência e Conflitualidade - BTDAC, com 354 trabalhos catalogados.

Vemos no quadro 3, abaixo, o levantamento temático da referida pesquisa, que aqui incluímos no intuito de apresentar os problemas e temas de pesquisa que dominaram o interesse dos autores naquele período para que se possa acompanhar a evolução do interesse temático ao longo dos 23 anos, considerando esta pesquisa (2009 a 2013) como uma continuação daquela. A escolha dos temas foi feita por meio de consulta aos títulos dos trabalhos, palavras-chave e resumos, uma vez que nem sempre o título explicita claramente o tema central do autor.

Quadro 3 - Levantamento temático junto ao BTB da CAPES entre 1990 e 2008

TEMAS DE REFERÊNCIA NA PRODUÇÃO 1990-2008	SUBTEMAS DE REFERÊNCIA NA PRODUÇÃO 1990-2008
Municipalização das medidas socioeducativas	<ul style="list-style-type: none"> - Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto - Programa de liberdade assistida em Natal
O adolescente em medida de meio aberto	<ul style="list-style-type: none"> - Julgamento moral em adolescentes em conflito com a lei - Adolescente, relações afetivas e reinserção social - Trajetória infracional e práticas de atendimento - Adolescentes, liberdade assistida, análise psicossocial - Subjetividade dos adolescentes. Estudo psicossocial - Parentalidade adolescente, paternidade na adolescência - Trajetórias de vida e infração juvenil - Reincidência e não reincidência em egressos de programa
Liberdade Assistida	<ul style="list-style-type: none"> - Medida socioeducativa - liberdade assistida - Contradições entre a realidade social e a execução da medida - Eficácia da medida de liberdade assistida - Avaliação de programa socioeducativo em meio aberto
Prestação de Serviços à Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Sem referência direta
Representação e significado da medida	<ul style="list-style-type: none"> - Sem referência direta
Adolescência em conflito com a lei e a escola	<ul style="list-style-type: none"> - Sem referência direta
História de vida de adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> - Sem referência direta
Entidades de Atendimento de Medidas Socioeducativas	<ul style="list-style-type: none"> - Sem referência direta
Controle sociopenal	<ul style="list-style-type: none"> - Controle sociopenal - Controle sociopenal: direito - Garantia de direitos- medida socioeducativa - Práticas judiciais de controle da criminalidade infantil - Liberdade assistidas - direitos humanos - direitos fundamentais
Metodologias de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> - Integração social do adolescente - Informática educativa – liberdade assistida - Adolescentes em L.A. - inserção social e subjetivação - Projeto medidas socioeducativas em meio aberto - Adolescentes em conflito com a lei: perfil e intervenção - O teatro como possibilidade educativa - Prática esportiva e cidadania para adolescentes em conflito com a lei - Modo de vida comunitário e proposta de inserção social de adolescentes
O profissional – orientador social	<ul style="list-style-type: none"> - Prática socioeducativa e formação do orientador - Práticas e valores dos profissionais de programas socioeducativos

Fonte: Guará (2010).

Importante registrar que esta organização de subtemas não significa que nas produções não existam referências a muitos outros temas e que a reflexão dos autores tenha descartado aspectos diversos da questão contemplando um mosaico

de assuntos. Tratou-se apenas de contemplar o que aparece como destaque e como objeto direto da pesquisa.

Vemos no quadro 3 que, no período de 1990 a 2008, alguns temas são pouco escolhidos como parte principal do objeto de pesquisa como, por exemplo, a questão da municipalização, que é tema direto em apenas dois trabalhos. Este tema, como veremos, surge em muitas produções no período de 2009 a 2014.

A pesquisa revela ainda que oito trabalhos tratam do adolescente em si (suas características, relações afetivas, moralidade, trajetória) em abordagens que procuram conhecer aspectos específicos deste adolescente, sua subjetividade e seu envolvimento com os delitos, por exemplo.

Com referência à medida socioeducativa, verificaram-se quatro trabalhos sobre LA como tema principal, o que pode ser considerado pouco significativo num tema tão relevante e numa pesquisa em que a expressão Liberdade Assistida era uma das palavras-chave da busca. Quanto à PSC, não aparece como temática de interesse direto na pesquisa em nenhum trabalho.

Curiosamente, o tema adolescente em conflito com a lei e a escola está ausente das pesquisas neste período como foco principal. Por outro lado, como veremos a seguir, a relação adolescente-escola é um dos temas principais mais frequentes no período de 2009 a 2013. Outros temas - como o controle sociopenal, metodologia de atendimento, o profissional/orientador social que são “âncoras” da pesquisa 1990 a 2008 desaparecem como assunto principal nesta pesquisa recente.

4.2 Pesquisas sobre o adolescente em conflito com a lei de 2009 a 2013

Romanowski e Ens (2006) discutindo a ocorrência de pesquisas sobre o estado da arte no tempo recente lembra que a sistematização da produção acadêmica pode permitir avanços na visão dos fenômenos, seus achados e tendências teóricas e metodológicas, além de analisar “lacunas e as contradições”. Nossa opção por esta metodologia comunga com esta percepção, mas tem também a intenção de facilitar a socialização destas produções visando subsidiar a prática diária dos serviços socioeducativos.

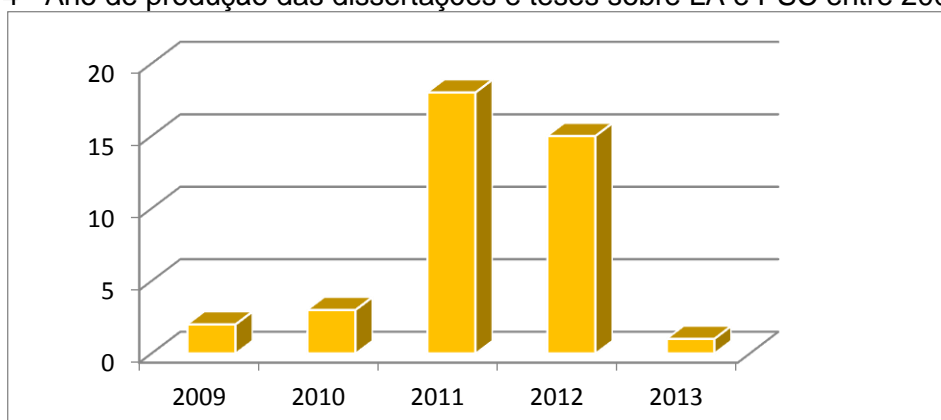
Nesta pesquisa realizou-se o levantamento junto ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES utilizando-se as palavras-chave Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade, no

período de 2009 a 2013, resultando inicialmente em 64 produções. Uma primeira dificuldade inicial de coleta destas produções decorreu do fato de o próprio banco CAPES ter ficado em manutenção por um período de tempo.

É importante salientar ainda que o acesso aos dados pela via dos resumos, tem a restrição da não especificação de algumas informações que poderiam permitir alguma comparabilidade.

Uma primeira seleção das 64 produções selecionadas permitiu desconsiderar alguns trabalhos que não se referiam ao tema ou nos quais o tema aparecia apenas tangencialmente, reduzindo se a amostra a 39 trabalhos, conforme o gráfico que segue:

Gráfico 4 - Ano de produção das dissertações e teses sobre LA e PSC entre 2009 e 2013



Fonte: Pesquisa do autor

Como podemos verificar no Gráfico 4 os anos de 2011 e 2012 tiveram uma produção significativa em comparação com o período anterior. A queda de produções em 2013, como sugerido no gráfico, entretanto, não pode ser considerada como referência para comparação uma vez que o Banco de Teses até o momento da consulta feita nesta pesquisa ainda não havia incorporado a maior parte das produções do ano.

No quadro abaixo, os temas foram organizados tendo em vista a facilitação da análise da produção utilizando-se uma análise de conteúdo feita a partir dos títulos dos trabalhos ou dos textos dos resumos coletados elegendo-se neles, os temas explícitos ou implícitos.

Quadro 4 – Levantamento temático junto ao BTD da CAPES entre 2009 a 2013, sobre Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Número de produções	Tema Geral
12 produções	Adolescência em conflito com a lei e a escola
10 produções	Municipalização das medidas socioeducativas
5 produções	Prestação de Serviços à Comunidade
4 produções	Representação e significado da medida
3 produções	Adolescente em medida de meio aberto e família
2 produções	Liberdade Assistida
2 produções	História de vida de adolescentes
1 produção	Entidades de Atendimento de Medidas Socioeducativas

Fonte: Organização do autor

Em relação ao tipo de pós-graduação das produções registradas, verificou-se que das pesquisas em LA e PSC, vinte e seis trabalhos são dissertações de Mestrado acadêmico, dez são dissertações do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei e três são teses de doutorado. Portanto, pode-se perceber a clara contribuição do Mestrado da Anhanguera neste tema.

Verifica-se no Quadro 4 que, no período de 2009 a 2013 a produção acadêmica volta seu olhar para a municipalização; tema esse abordado diretamente em dez trabalhos. Procura-se nestas produções analisar a estrutura do município, a criação de órgãos afinados com a política nacional de assistência social para a gestão destes programas e os dilemas da implantação e da gestão da estrutura e dos serviços de média complexidade do Sistema Único de Assistência Social, entre os quais, os serviços de medidas socioeducativas em meio aberto.

Outro tema recorrente é da integração social do adolescente. Três pesquisas abordam diretamente o trabalho socioeducativo e a família; denotando a importância do grupo familiar no apoio aos adolescentes.

A relação Adolescente-escola surge neste levantamento como o tema mais tratado com doze trabalhos que o abordam com recortes diversos, que evidenciam as dificuldades encontradas pelos agentes da execução das medidas na indicação e no acompanhamento do adolescente em seu retorno, aprendizado e frequência escolar.

Um olhar para os assuntos abordados nos subtemas a partir de sua especificidade permitiu registrar as informações numa perspectiva diferente, trazendo à tona indicadores que podem auxiliar outras pesquisas no que tange a Medidas Socioeducativas, conforme o quadro 5. Desta forma procurou-se classificar as produções tomando-se como referência da análise os objetos de pesquisa dos autores chegando-se a 3 agrupamentos assim organizados:

- Pesquisas que estudam o Sistema de Atendimento (Políticas públicas),
- Pesquisas que elegem a análise do Sistema de Atendimento (Programas socioeducativos) Pesquisas voltadas para o estudo do fenômeno Adolescente em Conflito com a Lei, sua caracterização e linhas de abordagens destes sujeitos.

Quadro 5 - Levantamento de subtemas específicos das pesquisas entre 2009 a 2013.

	Objeto e objetivos do estudo
Sistema de Atendimento: Políticas públicas	Fragilidade das Políticas públicas
	Fragilidade das Políticas públicas
	Ação do governo estadual na municipalização das medidas em meio aberto
	Gestão da política: fragilidade do processo de municipalização
	Gestão e inclusão social das medidas socioeducativas
	Contradições entre o direito e a prática
	Legislação e Prática Profissional: necessidade de formação
	Articulação entre órgãos executores das medidas e a gestão escolar
	Inserção escolar e intersetorialidade
	Dificuldades na implantação da política municipal
	Quadro histórico e contribuição do Serviço Social
	Parcerias com organizações sociais na execução da medida
	Escola como fator de proteção
	Desconhecimento da escola sobre o adolescente e a medida socioeducativa
Sistema de Atendimento: Programas socioeducativos	Metodologia de atendimento: Articulação de redes
	Legislação e Prática Profissional: necessidade de compreensão da lei
	Metodologias de gestão de entidade: comunicação
	Necessidade de ação intersetorial: justiça, escola e família
	Dificuldades de inserção escolar do adolescente
	Metodologia de atendimento: oficinas socioeducativas
	Análise de metodologias de atendimento
	Promoção da capacidade protetiva da família
	Importância do apoio familiar
	Potencialidade da medida de PSC
	Potencialidade da medida de PSC
	Função do educador social
	Função do professor mediador de conflitos
Experiência dos adolescentes com a escola: estigmatização e desvalorização	
dados sobre os adolescentes	Adolescentes com problemas mentais
	Representação do adolescente sobre a escola

	Representação do adolescente sobre a escola
	Representação positiva da medida de internação vs medidas em meio aberto
	Avaliação sobre escolhas e probabilidades
	Experiências de violência nas narrativas femininas
	Contradições e riscos na trajetória dos adolescentes
	Contradições do projeto de vida do adolescente
	Visão sobre o mundo do crime pelos adolescentes e educadores
	Regulação das famílias sobre a conduta infracional
	Crenças e estigmas escolares no processo de aprendizagem de línguas

Quanto aos subtemas específicos, ganham destaque as abordagens que tratam das políticas públicas nas quais, como vimos, o tema da municipalização prepondera. É possível perceber a discussão em torno da fragilização das políticas públicas, da gestão, da intersetorialidade e da escola.

No que diz respeito aos programas e serviços, as análises finais das pesquisas falam dos dilemas da prática profissional e da metodologia de atendimento, deixando claras as dificuldades de aplicação dos parâmetros legais, da articulação de redes, da inserção escolar do adolescente, do trabalho com as famílias. A medida de Prestação de Serviços à comunidade aparece nesta classificação como alternativa estudada e sugerida por seu potencial de eficácia para o adolescente. Na escola, vemos aparecer o tema do professor mediador de conflitos e os desafios para manter o adolescente matriculado e frequente.

No terceiro bloco, as pesquisas apresentam especificidades do adolescente e as contradições de seu projeto de vida, o modo como ele percebe a escola e a medida socioeducativa, sua trajetória, sua experiência com a violência e suas escolhas.

4.3 O adolescente e a escola

Em nossa pesquisa, junto ao BTB da CAPES, utilizou-se das palavras chaves: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, no período entre 2009 a 2013, obtendo trinta e nove produções que tratam do tema, e destes, doze trabalhos científicos foram escolhidos em razão do olhar específico sobre o tema escola. Dos trabalhos mencionados, onze são dissertações de Mestrado e uma tese de Doutorado.

Entende-se que a integração e a socialização do ACL supõe a existência de um conjunto de fatores que deveriam contribuir para a eficácia do cumprimento de

medida socioeducativa, tais como o contexto sociofamiliar, econômico e cultural em que vive e seu convívio familiar, comunitário, escolar e profissional.

A escola e a educação¹⁰ são esteios da formação humana e fatores de proteção importantes para a inserção cidadã do adolescente em conflito com a lei. A educação, no momento especial de desenvolvimento da adolescência, torna-se, porém, para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto uma obrigatoriedade que nem sempre estão efetivamente dispostos a cumprir. Por outro lado, também a escola recebe com restrições e pouco interesse este adolescente.

Orientadores e educadores dos programas de atendimento dos cursos de pós-graduação Adolescente em Conflito com a Lei,¹¹ referem como uma das maiores resistências dos adolescentes a de continuar estudando pelo fato de a escola ser “desinteressante” justificando com esta percepção o fato de não encontrarem motivação para as tarefas acadêmicas nem motivação para o esforço na melhoria de seu projeto de vida e liberdade. Gallo e Williams (2008) sugerem que, para os adolescentes, a não frequência escolar tem consequências a longo prazo que são pouco atrativas para os que têm uma perspectiva imediatista.

Tais contradições e desafios se veem representados na amostra de doze teses e dissertações que recortamos para aprofundamento neste estudo.

Evidenciou-se que a região Sudeste possui oito estudos sobre o assunto, o Sul e o Centro-Oeste dois trabalhos cada. Na região Nordeste não foi constatada nenhuma produção.

Entre os trabalhos finais, seis produções se vinculam aos programas de pós-graduação nas áreas de Educação, cinco são de Programas Multidisciplinares e um da área de Linguagem, conforme Quadro 6.

¹⁰ Educação, neste caso, em sentido que lhe dá o Artigo 1º. da LDBN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como as atividades educativas em outros contextos, que não só os escolares.

¹¹ Depoimentos em sala de aula nas disciplinas do Mestrado Profissional.

Quadro 6 - Dissertações e Teses que tratam da relação entre medida socioeducativa em meio aberto e a escola

	TEMA
1	O que pensam os adolescentes em conflito com lei sobre a instituição escolar
2	O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola.
3	A experiência de adolescentes autores de ato infracional em relação à escola
4	A educação e o processo da intersetorialidade: um estudo do atendimento destinado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida em Campo Grande/MS
5	A Inclusão Escolar de Adolescentes em Liberdade Assistida
6	Adolescente em liberdade assistida e o direito à educação escolar
7	Inclusão escolar de adolescentes em situação de liberdade assistida
8	A relação entre a escola, o ensino de línguas e o abandono escolar: um olhar a partir das crenças e experiências de adolescentes com quem a lei entra em conflito
9	Juventude marcada: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos/ SP
10	Um olhar socioeducativo: mediação de conflitos no ambiente escolar
11	Adolescente em Liberdade Assistida e a Escola: Desafios para a Gestão Escolar
12	Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e a escola.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As pesquisas utilizam, em sua maioria, estudos de caráter qualitativo e exploratório, ricas em depoimentos e entrevistas com adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa em LA e PSC. Envolvem, ainda, os profissionais da educação, orientadores e gestores. Estes estudos demonstram o reconhecimento tanto dos adolescentes quanto dos profissionais ligados à educação e à família da importância da escola no cotidiano do adolescente. Ou seja, o reconhecimento da importância da escola é fato; contudo, as análises mostram que ela não corresponde aos anseios e expectativas do adolescente em conflito com a lei, bem como este adolescente não se dispõe facilmente a aderir às tarefas acadêmicas e às rotinas e processos exigidos para isto.

Vários trabalhos abordam esta questão e usam a palavra “distanciamento” para sintetizar o desafio e as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes e pelos orientadores de medidas socioeducativas.

Destacamos, destes trabalhos, algumas ideias-chave que retratam essa realidade:

- necessidade de integração intersetorial escola, judiciário e família;
- falta de acolhimento do ACL (muitos adolescentes têm transferência compulsória - expulsão -, causando rotatividade nas escolas);
- estigmatização;
- falta de capacidade dos docentes no trato do ACL;
- a escola (gestores, profissionais da educação) desconhece os marcos legais;
- alto índice de evasão de ACL da escola;
- os ACL são matriculados mas grande parte não frequenta as aulas regularmente;
- escola não motiva, há desinteresse do adolescente em frequentar;
- professores idealizam a família dos adolescentes que não corresponde com a realidade familiar desta (famílias monoparentais, dificuldades financeiras, baixa ou sem escolaridade dos membros da família);
- falta de diálogo entre profissionais da educação e adolescente;
- necessidade de superação da educação bancária presente na maioria das escolas.

4.4 Descrição sumarizada das 12 produções acadêmicas sobre o adolescente e a escola apresentados de 2009 a 2013

- Ana Paula Camargo Marques

Em sua dissertação, a autora discute as dificuldades de educação dos adolescentes que se encontram em meio aberto, mais especificamente em PSC, com olhar mais aguçado na frequência escolar. A pesquisa demonstrou que a cultura escolar “rígida e inflexível” dificulta a adaptação do ACL e a preparação dos professores para tal realidade. Revela, ainda, que o professor necessita de preparo e percepção da vida do adolescente marginalizado e excluído socialmente. As regras rígidas, como a frequência regular e entrega de trabalhos com prazo estabelecido contribuem para a evasão escolar.

Para a autora “a escola, ao avaliar a necessidade de administração democrática deve considerar o que pensam seus alunos, professores, enfim, toda a

comunidade escolar”. O processo que se dá com o ACL, desde que o indivíduo é encaminhado para o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, pretende incluí-lo na escola; porém se percebe que há um processo de exclusão que ocorre em decorrência da estigmatização deste adolescente.

Embora esse ACL esteja matriculado na escola, em razão da obrigatoriedade legal fundada em seu direito à educação, ele é visto de forma diferenciada, o que o leva a não ser aceito na comunidade escolar.

A pesquisa mostrou ser necessário que o educador tenha um conhecimento amplo do tema ACL em diversos contextos, indicando como referência de formação a produção de Antonio Carlos Gomes da Costa que propõe a presença educativa ou Pedagogia da Presença, que tenta destacar a capacidade do professor de se fazer disponível na vida do educando, numa relação de aproximação.

- Aline Fávaro Dias

Ao analisar o significado que o ACL em cumprimento de LA atribui à escola, Dias (2011), considera que a escola tem dificuldade de enxergar o jovem para além da condição de aluno. A pesquisadora denomina de “pequenas rebeliões” no contexto escolar o que o adolescente chama de bagunça; fuga e evasão escolar e o desinteresse pelo estudo também são atitudes frequentes do ACL. Em suas reflexões, menciona o educador Paulo Freire que ressalta serem os movimentos de resistência a maneira encontrada para denunciar as desigualdades sociais existentes.

Segundo a autora, é preciso considerar o contexto histórico, social, econômico e político da sociedade na qual a escola está inclusa. Para tal, a escola precisa capacitar os professores; promover melhoria das relações interpessoais no ambiente escolar; superar a educação bancária promovendo a interação, a pesquisa, a crítica e a conscientização acerca da realidade.

- Maria Izabel de Amorim

Ao realizar estudos na área de Educação, a autora efetuou um estudo de caso qualitativo, no qual foram entrevistados oitenta e sete adolescentes em LA, residentes no município de Tubarão, SC. Deste público, foram escolhidos sete adolescentes para entrevistas diretas, adotando como critério aqueles que não apresentassem comportamento referente ao uso de substâncias psicoativas.

A pesquisadora constatou a estigmatização e a desvalorização vivida pelos adolescentes em relação aos professores e à direção. A escola não exerce uma

função positiva e os conteúdos trabalhados não têm significado para a vida dos adolescentes. A escola, ao contrário do que deveria ser, reforça a estigmatização dos adolescentes. A fala de um dos adolescentes entrevistados ilustra bem a percepção deles: “A escola deveria ser um espaço para ensinar e aprender, mas acaba sendo o espaço de briga e de apanhar”. Histórias de “brigas, fofocas e confusão” parecem ser frequentes na escola. A pesquisa revela que, dos oitenta e sete adolescentes inicialmente entrevistados, em medidas socioeducativas de LA, 90,80% não tinham concluído o ensino fundamental, no ano de 2010. Contudo, dos sete selecionados, todos estavam matriculados na escola, mas, apenas dois frequentando regularmente as atividades escolares.

Observou-se que os adolescentes entrevistados apresentavam um quadro de pouca expectativa em relação ao seu futuro e uma visão pessimista sobre a vida. Muitos adolescentes em medida socioeducativa passaram por diversas escolas em razão de terem sido expulsos da instituição por terem descumprido algum ato normativo.

Há uma disparidade entre o adolescente matriculado e efetivamente aquele que frequenta as atividades escolares. A maioria se matricula por exigência da medida socioeducativa, mas de fato não comparece às aulas. Constatou-se, ainda, que o perfil familiar deste adolescente é que seus membros (pai, mãe, irmãos) possuem o ensino fundamental incompleto e, em muitos casos, não têm nenhuma escolaridade.

Os alunos se reconhecem como “bagunceiros vadios” e acreditam que a escola não é um ambiente apropriado para eles, na medida em que são estigmatizados e desqualificados pelo próprio corpo docente. Por outro lado, o conteúdo desenvolvido nas disciplinas não estabelece relação com a possível atuação profissional. Outro fator, não menos importante, é o fato de existir a exclusão por antecipação, pois muitos professores não repassam informações do vestibular, por entenderem que a clientela está aquém de pleitear o grau superior. Há que se ressaltar, também, a percepção dos alunos quanto à desmotivação dos professores em virtude dos baixos salários, da carga horária ampliada, das condições de trabalho, entre outros aspectos.

- Patrícia Borges Tenório Noletto

A proposta de estudo de Noletto (2011) visou explorar a intersectorialidade entre políticas públicas que compõem o SINASE. Esta pesquisa, apoiada em dados do

Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD, 2007), revelou que os crimes graves atribuídos aos adolescentes no Brasil não ultrapassam 10% do total de infrações. Portanto, ao contrário do que se imagina, grande parte dos crimes ocorridos no país não é de autoria dos adolescentes, isto é um mito. O estudo aponta que 68,2% são crimes contra o patrimônio, sendo os crimes hediondos muito raros, podendo ser considerados exceção.

- Lúcia Helena de Araújo Hernandez

Procurou-se, neste estudo científico, verificar os sentidos e os significados que diferentes sujeitos do Sistema de Justiça e do ambiente escolar atribuem à escola com relação ao processo de inclusão escolar de adolescentes em LA. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, realizada nas escolas públicas de Ribeirão Preto, SP, constatou que, embora os profissionais do sistema de justiça, os professores e adolescentes reconheçam a importância da educação escolar, falta muito para concretizar seus objetivos, desde currículo, práticas escolares e a interlocução entre a escola e o sistema de justiça.

Há, portanto, concluiu a autora, a necessidade de maior articulação entre a escola e a rede de recursos locais da comunidade, sugerindo-se que se crie um fórum permanente para melhorar a comunicação entre as partes.

- Maria Rute Pereira de Souza

Esta dissertação aborda o direito à educação dos ACL no cumprimento de medida socioeducativa de LA. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, realizada no município de Osasco.

O enfoque principal do estudo está ancorado nas estratégias utilizadas pelas instituições escolares para garantir a educação aos adolescentes em conflito com a lei. Em suas discussões, a autora esclarece que o que está em questão “não é a instituição de novos direitos”, mas sim a efetivação da norma, da operacionalização de um sistema de proteção de direitos.

Relata, ainda, que uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em abril de 2009, mostra que o principal motivo da evasão escolar é a falta de interesse. Dos jovens, cuja faixa etária é de 15 a 17 anos, que abandonaram a escola: 40,1% deixaram a escola por falta de interesse e 27,1% por motivo de trabalho. O Ensino Médio tem maior taxa de evasão escolar, somando 661 mil

estudantes entre 2005 a 2007. Em 2008, 14,1% dos jovens dessa faixa-etária deixaram de estudar.

A autora inclui em seu estudo o relatório divulgado pelo IBGE (2010) indicando que o Brasil tem avançado na área da educação, porém, atenta para a persistência de muitos problemas, ressaltando que 10% da população maior de 15 anos é formada por analfabetos; apenas 50,6% dos adolescentes entre 15 a 17 anos estavam frequentando o Ensino Médio em 2008; 84,1% dos jovens que frequentam a escola encontram-se fora da relação idade cronológica e idade escolar. A pesquisa da Secretaria de Direitos Humanos e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que, em 2003, 51% dos adolescentes em privação de liberdade não frequentavam a escola no momento do ato infracional.

Seus estudos confirmam que há um distanciamento dos profissionais de educação em relação aos parâmetros legais. Tal afirmação tem como consequência o comprometimento de sua ação com o adolescente em medida socioeducativa.

- Rosângela Maria de Araújo Ferreira

Este estudo visou abordar os desafios da inclusão escolar dos adolescentes em LA a partir do ponto de vista de professores e profissionais de justiça no Distrito Federal. A pesquisadora analisou a necessidade de um projeto escolar de acolhida dos ACL e de ações de integração entre a escola, a família e a justiça, uma vez que o trabalho isolado dificulta a efetivação das matrículas dos adolescentes em LA.

Concluiu-se que o trabalho isolado das instituições dificulta a efetivação das matrículas dos adolescentes e não facilita sua recepção e seu acompanhamento pelas instituições. A autora sugere o desenvolvimento de um projeto na escola para o acolhimento de adolescentes que cumprem medida socioeducativa e ações que integrem as instituições e órgãos envolvidos. Em relação ao adolescente, destaca a importância da construção de um projeto de vida que possibilite novas perspectivas para o presente e o futuro dos adolescentes em conflito com a lei que amplie a rede de apoio para sua inserção social, considerando que a escola, família e a comunidade podem proporcionar fatores de proteção que fortifiquem a autoconfiança e a autoestima desses adolescentes.

Para finalizar, a autora enfatiza que os profissionais da educação e da justiça se articulem para uma ação mais efetiva e não preconceituosa junto às famílias dos adolescentes em LA.

- Vinícius Oliveira Costa

Este pesquisador buscou investigar as experiências escolares que os ACL trazem de sua vida antes da internação realizando um estudo no Centro Socioeducação de Ponta Grossa que contou com a participação de 40 adolescentes. Em linhas gerais, o autor detectou que, para os adolescentes internos, frequentar a escola não foi uma experiência positiva, pois muitos relatam terem vivenciado situações de preconceito e exclusão.

A pesquisa indica a importância de a escola rever estratégias para melhorar o atendimento ao ACL. No período compreendido de 2010 e 2011, um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que entrevistou 1.898 adolescentes privados de liberdade deixou evidente que houve a evasão da maior parte destes adolescentes da escola e 8% sequer chegaram a ser alfabetizados. Constatou-se, por outro lado, a desigualdade regional existente na esfera nacional, sendo que 28% dos jovens da região Nordeste não sabem ler; ao passo que esta proporção é de 1% nas regiões Sul e Centro-oeste. Outro fato destacado é que a maioria dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas encerra sua vida escolar aos 14 anos de idade, não concluindo o Ensino Fundamental (BRASIL, 2012 apud COSTA, 2012).

O autor relata que os adolescentes referem que os motivos que provocam o abandono escolar são variados, mas despertam a atenção os depoimentos sobre sua falta de interesse em frequentar as aulas e seu envolvimento com o crime e com as drogas. Há, segundo o autor, evidências de certo despreparo da escola para acolher o adolescente em conflito com a lei.

- Patrícia Leme de Oliveira Borba

A pesquisadora investigou as relações entre a condição juvenil em situação de pobreza e seus percursos escolares e produziu um banco de dados com informações provenientes de 2.969 históricos escolares, de 2000 a 2009, por meio do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), do município de São Carlos, SP.

Verificou, em seus estudos, que o perfil dos jovens pode ser descrito como moradores das periferias urbanas, frequentadores de escolas públicas, que acumulam em sua trajetória escolar repetências, evasões, distorções entre idade e nível escolar, rotatividade de aluno nas escolas, sendo estes os adolescentes mais propensos a adentrarem no sistema sociojurídico.

O estudo correlaciona a adolescência pobre com o ato infracional e enfatiza que os adolescentes pobres, na sua maioria, são penalizados por sanções, o que tem sido chamado de “penalização da pobreza”. Alerta, ainda, para as condições de

vida do adolescente, as suas trajetórias repletas de violações e ausência de um Estado, de uma comunidade e de uma família. Nas entrevistas relatadas, observou que a escola é algo distante para os adolescentes, no entanto, estes almejam para os seus filhos uma formação escolar adequada, por entenderem que a escola representa uma possibilidade de ascensão social.

No que tange ao acompanhamento escolar do adolescente em LA, afirma ser uma ação prioritária, mostrando a contradição entre o discurso de quem aplica a medida e de quem a executa, destacando ainda que se a escola é central no discurso, é periférica na ação e que a relação entre o Programa de Medidas Socioeducativas e a Escola Pública é problemática, tensa e quase inexistente.

Analisando a ação socioeducativa dos orientadores de MSE verifica que esta se limita a estabelecer relações burocráticas com a escola, restringindo-se a verificação da frequência e das notas, o que pode resultar na expulsão e na evasão, sendo esta opção vista como a melhor em virtude de minimizar a culpa da escola, bem como do programa de medida socioeducativa.

- Adenildo Lima

A contribuição científica do autor, ele próprio com experiência como professor mediador de conflitos na escola, intitulada *Um olhar socioeducativo: mediação de conflitos no ambiente escolar*, dialoga com profissionais de educação que recebem o adolescente em conflito com a lei, destacando o papel do professor mediador de conflitos e o acolhimento do adolescente em LA nas escolas da rede estadual de São Paulo.

A pesquisa tomou como base o projeto denominado Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Os mediadores pesquisados destacam que usaram o diálogo com “um olhar socioeducativo”, muita escuta dos adolescentes, considerando todas as diversidades culturais e sociais.

Na visão dos autores, não é o ACL a causa da indisciplina na escola, mas sim a falta de diálogo por parte dos profissionais em educação. Acreditam que o professor mediador pode ser um meio para o acolhimento do adolescente em conflito com a lei adotando uma postura como a de Makarenko: de aposta nos adolescentes e na necessidade de esquecer o passado, de marchar sempre em frente e para frente.

- Jaldo Jones Silva Fortes

Esta produção apresenta uma análise dos desafios da gestão escolar no processo de inserção do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com foco em LA.

A LA e PSC são modalidades que possibilitam ao ACL cumprir a medida em meio aberto. A escola como espaço público tem rotulado o adolescente que cumpre medida socioeducativa, não tem realizado um acompanhamento adequado, o que tem provocado o aumento de casos de evasão. Reconhece o autor que a escola não tem um atendimento planejado, estruturado, sobretudo por parte da gestão escolar que não se responsabiliza diretamente pelos atos dos adolescentes no cotidiano escolar.

A constatação é a de que os adolescentes têm a percepção da inconsistência e dos prejuízos das transferências compulsórias (expulsão) porque estas reforçam a reincidência em atos criminosos. Apesar da existência das leis e normas para o atendimento de crianças e adolescentes objetivando a integração social após a prática do delito, há falhas na efetivação do sistema de garantias. Os órgãos responsáveis pela socialização dos adolescentes, como: justiça, saúde, educação e assistência social se articulam de maneira precária, levando ao comprometimento da eficácia do atendimento do ACL em LA e PSC.

No caso específico da educação, o autor descreve vários fatores como a incompreensão de educadores e da comunidade escolar sobre a condição do adolescente e a falta de capacitação para abordagem (tratamento) com o adolescente; e propõe, ainda, que o gestor deva elaborar meios para que o SINASE seja divulgado entre os educadores porque há um desconhecimento da base legal do trabalho a ser desenvolvido com o ACL.

- Regina Raposo Rodrigues

A autora analisa as questões relativas ao ACL em MSE e o contexto escolar com destaque ao meio aberto em PSC. O trabalho demonstra que as políticas públicas sociais para a operacionalização das medidas socioeducativas são frágeis e destaca as principais dificuldades no acompanhamento do adolescente em conflito com a lei pela escola e pelos professores: escrever relatório, especificando o comportamento do adolescente; organizar os responsáveis pela atividade para orientação e fiscalização do ACL; promover a comunicação entre a escola, o local de serviços e o órgão responsável pela medida; docentes desconhecem os deveres

propostos pelo ECA; fiscalizar os adolescentes e oferecer tratamento já diferenciado, estigmatizado.

A autora conclui que há um “desconhecimento do corpo docente, coordenação e gestão no trato com adolescente que estejam cumprindo uma medida socioeducativa”.

Apresentamos abaixo, no Quadro 7, uma síntese das pesquisas sobre a relação entre o meio aberto e a escola destacando o enfoque da pesquisa.

Quadro 7 - Síntese dos trabalhos analisados

ANO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	TITULAÇÃO / ÁREA	ENFOQUE DA PESQUISA
2010	Universidade Católica de Santos	O que pensam os adolescentes em conflito com lei sobre a instituição escolar.	Mestrado em Educação	Frequência escolar, preparação dos professores, evasão escolar, exclusão, estigmatização, Pedagogia da Presença
2011	Universidade Federal de São Carlos	O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola.	Mestrado em Educação	Enxergar o jovem, evasão escolar, desinteresse do aluno, capacitação dos professores, superar educação bancária, Melhoria das relações interpessoais
2011	Universidade do Sul de Santa Catarina	A experiência de adolescentes autores de ato infracional em relação à escola	Mestrado em Educação	Estigmatização, Visão matrícula x frequência, desvalorização do adolescente, pouca expectativa em relação ao futuro
2011	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	A educação e o processo da intersectorialidade: um estudo do atendimento destinado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de Liberdade Assistida em Campo Grande / MS	Mestrado em Educação	Intersetorialidade entre os programas de medidas socioeducativas
2011	Universidade Bandeirante de São Paulo	A Inclusão Escolar de Adolescentes em Liberdade Assistida	Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei	Inclusão escolar, interlocução entre a escola e o sistema judiciário, articulação escola e comunidade
2011	Universidade Bandeirante de São Paulo	Adolescente em liberdade assistida e o direito à educação escolar	Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei	Estratégias que garantam a redução na evasão no ambiente escolar, falta de conhecimento legal dos profissionais de educação
2011	Universidade Católica de Brasília	Inclusão escolar de adolescentes em situação de liberdade assistida	Mestrado em Educação	Projeto de acolhida de ACL –, inclusão escolar, idealização das famílias pelos professores
2012	Universidade Estadual de Ponta Grossa	A relação entre a escola, o ensino de línguas e o abandono escolar: um olhar a partir das crenças e experiências de adolescentes com quem a lei entra em conflito	Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade	Preconceito, exclusão, importância na definição de estratégia para melhoria do atendimento ao ACL, falta de interesse, envolvimento dos jovens com crimes e drogas
2012	Universidade Federal de São Carlos	Juventude marcada: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos - SP	Doutorado em Educação	Rotatividade de alunos nas escolas, correlaciona adolescência pobre com ato infracional, responsabilização do adolescente pelo fracasso escolar
2012	Universidade Bandeirante de São Paulo	Um olhar socioeducativo: mediação de conflitos no ambiente escolar	Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei	Acolhimento do adolescente em LA, falta de diálogo dos profissionais em educação, importância do professor mediador, estigmatização
2012	Universidade Bandeirante de São Paulo	Adolescente em Liberdade Assistida e a Escola: Desafios para a Gestão Escolar	Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei	Gestão escolar, estigmatização, falta de acompanhamento adequado, falta de estrutura e planejamento escolar, falta de controle da escola sobre os atos dos alunos no ambiente interno, transferências compulsórias como fator desencadeador de atos criminosos, falta de capacitação do professor
2012	Universidade Bandeirante de São Paulo	Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade e a escola	Mestrado em Políticas e Práticas com ACL ²	Falta de habilidade do professor, da coordenação e da gestão no acompanhamento do ACL que cumpre MSE.

* Informação de acordo com a descrição contida na produção acadêmica do autor.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Que aspectos se destacam para análise nas pesquisas que problematizam a inclusão escolar dos adolescentes em meio aberto?

Com relação à necessidade de integração intersetorial entre a escola, o judiciário e a família, dois trabalhos (NOLETO, 2011; HERNANDEZ, 2011) realizados em estados distintos (Mato Grosso do Sul e São Paulo) acentuam a discussão dos dilemas e possibilidades de uma integração das políticas públicas de educação e assistência social e do Sistema de Justiça na aplicação e execução das medidas pelos municípios.

No quesito falta de acolhimento do ACL pela escola, encontram-se duas produções (FERREIRA, 2011; LIMA, 2012) que evidenciam a necessidade de preparação dos professores para receber os adolescentes em conflito com a lei, apostando na disposição de escuta do professor mediador de conflitos na escola e na não idealização da família como depositária de expectativas irreais por parte dos professores.

A denúncia da estigmatização é um fator presente em diversos trabalhos e, sobre este tema, os pesquisadores Marques (2010), Amorim (2011), Costa (2012) e Lima (2012) analisam as causas e consequências desta postura dos professores e que se vê objetivada na atitude de rejeição não explícita da escola em relação a estes adolescentes.

Há que se considerar a falta de capacitação do docente no trato do ACL, aspecto este abordado por cinco pesquisadores Marques (2010), Dias (2011), Souza (2011), Fortes (2012) e Rodrigues (2012). Na constatação das fragilidades da escola em incluir estes adolescentes a indicação é a de que, com uma formação melhor a escola e os professores passem a compreender melhor as exigências legais e a garantir mais receptividade da escola aos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa. Os autores analisaram as dificuldades encontradas quando a escola desconhece o marco legal, o que culmina no relacionamento equivocado entre o professor e o adolescente. Pode-se notar neste quesito a preocupação de dois autores em verificar uma realidade específica. Destacam-se neste tipo de debate os pesquisadores Souza (2011), Fortes (2012), Rodrigues (2012) e Costa (2012).

No que tange o questionamento sobre o alto índice de evasão, foram localizados três estudos que apontam mais diretamente para esta problemática. Observa-se que houve a inquietação de duas autoras em checar dados em amostras, entretanto, é possível destacar que as obras apresentadas foram desenvolvidas em tempos distintos. São autores relacionados neste tema: Marques (2010), Souza (2011), Borba (2012) e Dias (2012).

Muitas produções diagnosticam a irregularidade e a não frequência escolar dos ACL. Amorim (2011) constatou que a incidência de matrículas se dá por exigência da medida socioeducativa, no entanto, o ACL não comparece às aulas, permanecendo muitas vezes no entorno da escola e/ou retornando eventualmente após longos períodos de afastamento. Comenta a autora que há necessidade de se alterar as atitudes de desvalorização do adolescente para que se possa ajudá-lo a encontrar alguma expectativa em relação ao futuro. Costa (2012) salienta que as dificuldades dos educadores, nesta direção, dizem respeito ao despreparo para compreender e atuar sobre a vulnerabilidade do adolescente e seu envolvimento com o mundo do crime e com as drogas.

A falta de motivação da escola em receber o adolescente pode ocasionar desinteresse no adolescente e este é um fator discutido em três pesquisas (Amorim, 2011; Dias, 2011 e Costa, 2012) confirmando as análises de outras investigações já citadas no decorrer deste trabalho.

O adolescente nunca é consultado sobre como, quando, o que aprender e porque aprender. Tanto a escola, quanto outras agências educativas acabam por motivar atitudes e comportamentos de: calar, ouvir, obedecer, ser julgado, devolver mecanicamente o aprendido, competir individualmente e submeter-se a uma ordem preestabelecida, alheia a sua realidade.

Conseqüentemente, o adolescente frustra-se e reage de forma geralmente negativa, fugindo da escola, destruindo equipamentos e mobiliária, agredindo colegas e autoridades presentes em seu cotidiano social amplo ou restrito.

A necessidade de diálogo entre profissionais da educação e dos programas de medidas socioeducativas é apontada nos estudos de Dias (2011) e de Lima (2012) mostrando que a setorização e especialização das políticas sociais, necessárias para a gestão específica dos conteúdos e ações de cada área, não tem favorecido a integração territorial das redes de atenção na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Em relação ao desinteresse do adolescente pelos

conteúdos escolares, o estudo de Dias (2011), refletindo Paulo Freire, insiste na necessidade de a escola superar a educação bancária, ainda presente na maioria das escolas. Diz a autora que é preciso “enxergar o jovem” e “melhorar as relações interpessoais” para se alcançar melhores resultados na adesão dos adolescentes à escola.

Marques (2010) ressalta em seus estudos a Pedagogia da Presença, proposta por Antônio Carlos Gomes da Costa, como uma inspiração importante do fazer educativo junto aos adolescentes em conflito com a lei não só no âmbito dos programas de execução das medidas, mas também na escola.

Os pressupostos de Makarenko que apregoam o respeito ao educando, a disciplina, a educação política, a autogestão, a autonomia e a coletividade como elementos essenciais para a formação da personalidade do indivíduo estão indicados implicitamente nas reflexões dos pesquisadores estudados, especialmente os trabalhos de Marques (2010), Hernandez (2011), Ferreira (2011), Costa (2012), Fortes (2012) e Rodrigues (2012).

A filosofia de Paulo Freire, estudada em todos os cursos de formação de professores no Brasil, tem embasado, pelo menos no discurso, a prática pedagógica das escolas, sendo lembrada por alguns autores selecionados nesta pesquisa como Dias (2011), Amorim (2011), Hernandez (2011), Borba (2012) e Lima (2012).

As ideias pedagógicas de Makarenko e Paulo Freire confluem como inspiração em várias pesquisas, porém, em nenhuma delas, faz-se um estudo teórico mais aprofundado destas teorias.

Pode-se verificar que há nos estudos realizados muito espaço de estudo sobre o fenômeno do adolescente que comete delitos e de sua dificuldade de inserção escolar, sem, contudo, vermos surgir uma reflexão mais focalizada em alternativas concretas para sua inclusão, exceto talvez em um estudo: (LIMA, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Existe uma mecânica pedagógica, uma física, química, até uma geometria pedagógica, mesmo uma metafísica pedagógica.”
(MAKARENKO, 2005, p.487)

A sociedade requer, da esfera governamental, sustentabilidade relativa à segurança pública uma vez que a convivência com a criminalidade gera insegurança e medo social. Enquanto aumentam os casos de adolescentes que se envolvem em práticas delitivas, crescem as reclamações sobre a ausência de políticas públicas para a juventude e, ao mesmo tempo, a pressão pelo rebaixamento da idade penal.

O perfil do adolescente em conflito com a lei, numa sociedade marcada pelo apelo ao consumo, pela livre concorrência darwiniana e pelo preconceito, reflete estas condições e pressões do meio no desenvolvimento dos sujeitos e na construção de sua trajetória de vida.

Como ações efetivas no trato com adolescentes autores de infração, a legislação define a aplicação de medidas socioeducativas que visam a reinserção desta clientela na sociedade. Entre estas medidas, as de meio aberto, quais sejam, a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade são reconhecidas como potencialmente mais adequadas por não afastarem os adolescentes do meio familiar e social sem privá-los totalmente de sua liberdade. A busca de efetividade no cumprimento destas medidas continua, porém, um grande desafio, que depende, a princípio, da instalação das estruturas de gestão e atendimento em nível municipal. Este desafio fica claramente explicitado nesta pesquisa, quando se verifica que este tema foi escolhido por um número significativo de pesquisadores.

Ao analisar as produções acadêmicas em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e a relação do adolescente com a escola, motivação desta pesquisa, optou-se por dar sequência a um trabalho anterior de pesquisa de Guará (2010), que pesquisara a produção acadêmica no período de 1990 a 2008. Naquele estudo, a preocupação se centrava em temas como o da operacionalização do ECA, as características do adolescente delituoso, as questões sociopenais envolvendo o adolescente.

O período desta pesquisa, entre 2009 a 2013, trouxe à tona outras questões que merecem ser aprofundadas com destaque para a municipalização e a integração social do adolescente. Quanto à municipalização as produções são

variadas, ou seja, os subtemas que compreendem estas pesquisas discutem a gestão política, a articulação de redes, as medidas socioeducativas, a fragilidade das políticas públicas entre outros.

Nestas produções recentes, o assunto da integração social do adolescente aparece trazendo temas novos, como o da família, mas, principalmente abordando sob vários enfoques, a relação do adolescente com a escola como elemento central das discussões.

As produções captadas no BTB da CAPES, no período de 2009 a 2013, com as palavras-chave Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade totalizaram 39 trabalhos, dos quais 12 com enfoque na relação adolescente-escola foram selecionados para leitura integral.

As pesquisas revelam a importância da escola na integração social do adolescente, apontando simultaneamente a fragilidade e a indisposição do sistema de ensino na relação adolescente-escola, assim como a demanda por novas metodologias que apoiem efetivamente a inserção escolar deste adolescente.

Procuramos, como inspiração para este estudo, conhecer melhor as contribuições teóricas de diversos autores e, de modo especial, as reflexões de Paulo Freire e Anton Makarenko. O primeiro aparece com maior destaque nas produções consultadas porque discute de forma geral a questão da educação, levando a uma discussão acerca da práxis pedagógica cotidiana. O segundo aparece de forma indireta, sendo pouco explorado pelos pesquisadores, sendo apenas uma inspiração por sua experiência direta com adolescentes envolvidos em delitos, constituindo uma fonte importante de reflexão sobre o atendimento destes adolescentes.

A confluência na linha de raciocínio dos doze trabalhos pesquisados em relação a Freire e Makarenko é natural na medida em que as ideias do autor brasileiro problematiza a educação e a escola e o autor ucraniano debruça seu olhar sobre os desafios concretos da formação da personalidade dos adolescentes por meio do respeito, da disciplina, da autonomia e do trabalho coletivo.

A complexidade do trabalho com esta população não desanimou o mestre Makarenko que sabia aceitar o humilde no desafio e manter a forte crença na capacidade do adolescente de se tornar um ser autoproposto, superando os árduos momentos de seu processo educativo.

A realização desta pesquisa foi dificultada inicialmente pela demora na disponibilização do acervo pela CAPES em razão de mudanças em sua base tecnológica, no entanto, a pesquisa pôde ser concluída com êxito em menor tempo do que o esperado.

Algumas questões suscitadas por este estudo merecem ser discutidas pelos atores envolvidos nas duas políticas sociais - Educação e Assistência Social - uma vez que a estigmatização e falta de acolhida do adolescente envolvido em delito na escola continua uma realidade, o que enseja mudanças na capacitação de docentes, gestores e funcionários no trato com o ACL, visando que se evitem os índices elevados de evasão, desmotivação do adolescente em frequentar a escola e se vise melhorar a interlocução entre o judiciário e a escola.

Os subsídios e as indicações da produção de conhecimento sobre a medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade visam auxiliar a prática profissional socioeducativa dos agentes sociais uma vez que os trabalhos colocam em debate o assunto e revelam experiências vivenciadas em instituições de ensino ou em programas de medidas socioeducativas. A fragilidade das políticas públicas e, em consequência, da gestão institucional foi constatada em vários estudos.

McLaren (1998), analisando a pedagogia freireana, constata que o educador brasileiro se preocupava em devolver os sonhos a quem os sonhava, incitando a todos a fortalecer a capacidade de sonhar e defender seus sonhos. Esta é também uma atitude necessária a ser considerada pelos educadores e professores - a de restituir aos adolescentes a capacidade de sonhar, tornando a escola um lugar onde estes sonhos possam ganhar instrumentos de efetivação.

A pesquisa revela a fragilidade e os desafios da relação entre o adolescente em medida socioeducativa em meio aberto e a escola e, mesmo que as principais indicações para a prática ainda sejam de caráter genérico, valem como base para a continuidade das investigações e para servir de alerta para as políticas sociais que atendem este adolescente.

Resta a constatação da necessidade de fomento a novas pesquisas uma vez que, embora existam, ainda são poucos os trabalhos que problematizam a relação entre o adolescente e a escola frente à relevância social que nos desafia.

Esperamos que este trabalho, bem como o Banco de Dados dele resultante, seja fonte de consulta para os profissionais que executam as medidas socioeducativas e para os atores do Sistema de ensino do país.

Concluindo, podemos ficar com a inspiração de Makarenko, que não deixava de se inquietar, que não naturalizava a realidade desafiante e que apostava na vitória de seu investimento pedagógico. Fiquemos também com a inspiração de Paulo Freire sobre a necessidade de busca de conhecimento, de exercício da curiosidade epistemológica frente às dificuldades da prática cotidiana com adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Izabel de. **A experiência de adolescentes autores de ato infracional em relação à escola**. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Mestrado de Pós Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina; SC: 2011.

ARAÚJO, Domingos Barreto de. **O perfil das adolescentes que cometeram atos infracionais em Salvador no ano de 2000**. Dissertação de Mestrado em Psicologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2004.

BARBOSA, MarluCIA Ferreira do Carmo. **A Política Social como Efeito de Poder: O Desafio da (Res)Socialização de Adolescentes em Conflito com a Lei**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. **Juventude Marcada: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos – SP**. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR, 2012.

BOULLOSA, Rosana; TAVARES, Edgilson. **Avaliação e monitoramento de projetos sociais**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

BRAMBILLA, Beatriz **Borges. Percepção de Suporte Familiar de Adolescentes em Conflito com a Lei**. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde, Faculdade de Saúde, pela Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**, Lei 8069/ 90. Brasília, 1990.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. Brasília: Gráfica do Senado, 2001.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. **LEVANTAMENTO NACIONAL DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI 2010**, Brasília, 2011..

BRASIL. **SINASE**, Lei 12594/12. Brasília, 2012.

BRETAN, Maria Emilia Accioli Nobre. **Os múltiplos olhares sobre o adolescente e o ato infracional: análises e reflexões sobre teses e dissertações da USP e da PUC/SP (1990 - 2006)**. São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008.

CAPARRÓS, Rúbia Fernanda Quinelatto. **Entre saberes, sabores e desafios da tarefa educativa com jovens em conflito com a lei: como as educadoras significam os processos educativos do espaço do programa de medidas socioeducativas em meio aberto**. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2013.

CARDOSO, Daniel. Panorama da Discussão Acadêmica sobre a Liberdade Assistida. **Revista Anagrama** – Revista Interdisciplinar da Graduação, Ano 2, edição 4, jun-ago de 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/view/6362/5840>>. Acesso em março de 2014.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Resiliência. Pedagogia da Presença**. São Paulo: Modus Faciend, 1995.

_____ (coord. técnica). **Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: Perspectivas e Desafios**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

COSTA, Vinicius Oliveira. **A relação entre a escola, o ensino de línguas e o abandono escolar: um olhar a partir das crenças e experiências de adolescentes com quem a lei entra em conflito**. Dissertação de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Linguagem, Identidade e Subjetividade UEPG, Ponta Grossa/PR, 2012.

DIAS, Aline Fávaro. **O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola**. Dissertação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR, São Carlos, SP, 2011.

DIGIÁCOMO, Murillo José. O SINASE em perguntas e respostas, 2012. Disponível: <http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br>. Acessado em junho 2013.

DUQUE, Sidneia Bento. **Mediando uma cultura da não-violência: a municipalização da medida de liberdade assistida na integração social do adolescente em conflito com a lei**. Dissertação de Mestrado em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, UFES, Vitória-ES, 2006.

ERICKSON, E. H. **Identidade: juventude e crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Texto original publicado em 1968.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Diário intensivo - a questão do adolescente em conflito com a lei em contexto. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 2011 (4): 01-44.

FERREIRA, João V.R.; MARAFON, Fátima; SANTOS, Adriana R. de Jesus. **Anton Makarenko: caminhos alternativos na realidade educacional**. Artigo apresentado ao curso de Pedagogia na matéria de Estudos Dirigidos Interdisciplinares na Universidade Norte do Paraná. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../UjGd5Vca.pdf>. Acesso em 12/02/2015.

FERREIRA, Rosangela Maria de Araújo. **Inclusão Escolar de Adolescentes em situação de Liberdade Assistida**. Dissertação de Mestrado em Educação, Pro Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa Stricto Sensu em Educação, UnB, Brasília, 2011.

FORTES, Jaldo Jones da Silva. **O Adolescente em Liberdade Assistida: Desafios para a Gestão Escolar**. Dissertação de Mestrado Profissional Adolescente em

Conflito com a Lei do Programa Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, UNIBAN, SP, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FULGÊNCIO, Paulo Cesar. **Glossário VadeMecum**: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14000 termos e definições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007...

FUNDAÇÃO CASA. **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo**. 2014. Disponível em http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/pdf/PLANO_DECENAL_DE_ATENDIMENTO_SOCIOEDUCATIVO_DO_ESTADO_DE_SAO_PAULO_20141201.2.pdf

GALLO, Alex. E.; WILLIAMS, Lucia. C. A. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, v. 38, n. 133, p. 41-59, jan./abr 2008.

GARRIDO de PAULA, P. Afonso. **Responsabilidade Progressiva**. Palestra realizada no Campus Vila Mariana da Uniban/Anhanguera pelo Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, 2 de agosto de 2013.

GUARÁ, Isa Maria F. da R. Modernidade, adolescência e cidadania. In BAPTISTA, Dulce. (Org) **Cidadania e Subjetividade**: novos contornos e múltiplos sujeitos. São Paulo: Imaginário, 1997.

_____. **O estado do conhecimento sobre a intervenção socioeducativa em programas para adolescentes envolvidos em delitos**. Projeto de Pesquisa. São Paulo: Uniban, jun/2010.

_____. **Práticas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade**. Projeto de Pesquisa - Universidade Bandeirante. São Paulo, 2011.

HABIGZANG, Luísa F. **Violência contra crianças e adolescentes**: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

HERNANDEZ, Lúcia Helena de Araújo. **A inclusão escolar de adolescentes em liberdade assistida**. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda-- Ribeirão Preto, 2011.

JUNQUEIRA, Maiz Ramos. **Prestação de Serviços à Comunidade: impacto e (in) visibilidade no cumprimento de pena/medida alternativa**. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

LIMA, Adenildo de. **Um olhar socioeducativo**: Mediação de Conflitos no ambiente escolar. Dissertação de Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, do Programa Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, UNIBAN, SP, 2012.

MAKARENKO, Anton S. **Poema Pedagógico**. Tradução de Tatiana Belinsky. São Paulo: Editora 34, 2005. 3 vols.

_____. **Problemas da educação escolar**. URSS: Edições Progresso, 1986.

MARQUES, Ana Paula Camargo. **O que pensam os adolescentes em conflito com a lei sobre instituição escolar**. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Católica de Santos, 2011.

MARTINS, P.O.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. (2003). O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 16, 3, 5M55-568, 2003.

MCLAREN, Peter. A pedagogia da possibilidade de Paulo Freire. **Educação, Sociedade e Culturas**, n.o 10, p. 64, 1998.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Juventude e Contemporaneidade**, Coleção Educação para Todos; 16. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

NILSSON, Werno. **O adolescente infrator interno pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e o Aconselhamento Psicológico Pastoral**. Mestrado Profissional em Teologia Instituto Ecumênico de Pós Graduação Religião e Educação, Escola Superior de Teologia São Leopoldo/RS, 2007.

NOLETO, Patrícia Borges Tenório. **A Educação e o processo de intersectorialidade**: um estudo do atendimento destinado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida em Campo Grande – MS. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, UFMS, 2011.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Juventude e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos; 16. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007

PIRES, Simone Grohs Freire Simões. **Ato Infracional e medida socioeducativa e liberdade assistida**: refletindo sobre suas implicações legais no contexto social. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Santa Cruz do Sul, 2000.

RASI, Mauricio Sponton. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e as medidas socioeducativas em meio aberto**: o Projeto Casa do Abrigo de Porto Ferreira - "Cidadania em Ação". Dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto, 2003.

RODRIGUES, Regina Raposo. **Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e à Escola**. Dissertação de Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei Programa de Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, UNIBAN, São Paulo, 2012.

SANIOTO, Henrique. **Contribuindo para a Formação Humana dos Adolescentes da Febem por Meio da Ginástica Geral**. 01/12/2005. disponível em <https://exercicioeobesidade.files.wordpress.com/2013/02/gg-na-febem.pdf>

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Col. Polêmicas do Nosso Tempo.

SILVEIRA FILHO, Maurício Camilo da. **Diário de um psicólogo: medidas socioeducativas na prática**. São Paulo: Editorama, 2009.

SOUZA, Maria Rute Pereira de. **Adolescente em Liberdade Assistida e o Direito à Educação Escolar**. Dissertação de Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, Programa Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei UNIBAN, São Paulo, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2002.

TABORDA, José G. V. **Psiquiatria forense**. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TEIXEIRA, Anísio S. A Escola Pública Universal e Gratuita. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**, Inep, Distrito Federal, 1990.

VALENÇA, Maria Manoela Centeno Carvalho. **A utopia do encontro de dois mundos: um país de “mil e tantas misérias” e a doutrina de proteção integral**. Tese de Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP, 2001.

VALLE, Hardalla Santos do; ARRIADA, Eduardo. Makarenko e Pistrak: uma análise da Pedagogia Social do Trabalho. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, 46-1, p.109-125, 2012.

VELTRI, Marcos. **A Construção da Identidade Profissional do Orientador de Liberdade Assistida Comunitária: o processo de equilíbrio do saber, do fazer e do poder**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social pela PUC/SP, 2006.

VOLPI, Mário; COSTA, João Batista. **Os adolescentes e a Lei: direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização**. Brasília: Saraiva, ILANUD, 1998.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1975.

ZAMORA, Maria Helena. Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em psicologia. **Revista Polêmica**, LABORE, Laboratório de Estudos Contemporâneos, 2008.

ZANELLA, Maria Nilvane. **Bases teóricas da socioeducação: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei**. Dissertação (Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito Com A Lei), Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2011.

DISSERTAÇÕES CONSULTADAS

AMORIM, Maria Izabel de. **A experiência de adolescentes autores de ato infracional em relação à escola, 2011.**

BARBOSA, Mara Cristina Fernandes. **A questão da socioeducação e o descompasso entre política e a prática na efetivação de direitos de adolescentes com comprometimentos mentais, 2012.**

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. **Juventude Marcada: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos – SP, 2012.**

COSTA, Vinicius Oliveira. **A relação entre a escola, o ensino de línguas e o abandono escolar: um olhar a partir das crenças e experiências de adolescentes com quem a lei entra em conflito, 2012.**

DIAS, Aline Fávaro. **O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola, 2011.**

FERREIRA, Rosângela Maria de Araújo. **Inclusão Escolar de Adolescentes em situação de Liberdade Assistida, 2011**

FORTES, Jaldo Jones Silva. **Adolescente em liberdade assistida e a escola: desafios para a gestão escolar, 2012 .**

LIMA, Adenildo de. **Um olhar socioeducativo: mediação de conflitos no ambiente escolar, 2012.**

MARQUES, Ana Paula Camargo. **O que pensam os adolescentes em conflito com a lei sobre a instituição escolar, 2010**

NOLETO, Patrícia Borges Tenório. **A Educação e o processo de intersectorialidade: um estudo do atendimento destinado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida em Campo Grande, 2011.**

RODRIGUES, Regina Raposo. **Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e a Escola, 2012.**

SOUZA, Maria Rute Pereira de. **Adolescente em liberdade assistida e o direito à educação escolar, 2011.**